

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Ação do Estado e da Comunidade
Uma análise do município de Mariana, MG

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JOSÉ MARIA ARRUDA

Rio de Janeiro, 1994

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

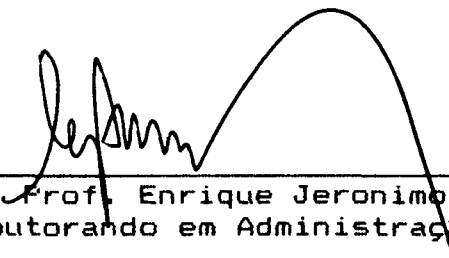
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL
Ação do Estado e da Comunidade
Uma análise do município de Mariana, MG

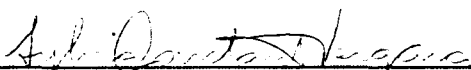
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR


JOSÉ MARIA ARRUDA

E APROVADA EM 21.12.1994

PELA COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Enrique Jeronimo Saravia
Doutorando em Administração Pública


Profa. Sylvia Constant Vergara
Doutora em Educação


Prof. Fernando Guilherme Tenório
Doutorando em Administração

199502 105

T/EBAP A779p



1000062728

"Defender o nosso patrimônio histórico e
artístico é alfabetização."

Mário de Andrade

SUMÁRIO	Páginas
I - O PROBLEMA	
Introdução	4
II - METODOLOGIA	
Tipo de pesquisa, universo e amostra, coleta de dados, análise dos dados	11
Limitações da metodologia	17
III - REFERENCIAL TEÓRICO	
1 - CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS CULTURAIS	16
2 - CONTEÚDO ELITISTA OU DEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	21
3 - O TOMBAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO	25
4 - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	26
5 - O FEDERALISMO BRASILEIRO E O PAPEL DO ESTADO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.	28
IV - EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO, DAS POLÍTICAS E DA LEGISLAÇÃO VOLTADAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	30
V - RESULTADOS	
- O município de Mariana	55
- O patrimônio barroco de Mariana	59
- Análise das entrevistas	77
VI-CONCLUSÕES	127
VII-BIBLIOGRAFIA	133

I - O PROBLEMA

1- Introdução

A preservação do patrimônio histórico e cultural não se restringe aos seus objetivos de simples desfrute de um prazer estético. Sem dúvida, o patrimônio cultural e histórico constitui a base da nossa cultura, os traços a partir dos quais tentamos estabelecer nossa identidade como povo, como nação. Este tema é muito abrangente e complexo, principalmente entre nós, pois a cultura brasileira não tem a característica de valorizar o passado.

Dentro da visão brasileira, o progresso se identifica com o moderno, o novo. Quando analisamos o campo da arquitetura, observamos exemplos dramáticos desta tendência em todas as cidades brasileiras, principalmente as que foram tocadas pelo surto de progresso. Nesta conotação, no Brasil, a modernização significa, quase sempre, destruir o passado, construindo em seu lugar novos edifícios . Mas não encontramos esta tendência somente no setor privado, geralmente mais vulnerável à busca do lucro propiciado pelo mercado imobiliário. O próprio setor público contribui para a destruição do nosso passado, seja para construir novos edifícios, seja para abrir ruas ou praças. Mesmo os templos religiosos, quando localizados em cidades-pólos de desenvolvimento econômico, são afetados por essa ânsia de progresso e de modernização, sendo demolidos para dar passagem a avenidas e ruas ou são descaracterizados, dando lugar a igrejas ditas modernas.

Um exemplo contundente deste fenômeno ocorreu na Década de 40, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País. Na

ocasião, foi construída a Avenida Presidente Vargas, e para tanto, demoliu-se a Igreja de São Pedro dos Clérigos, importante obra artística da primeira metade do séc. XVIII. Esta igreja constituía um marco na arquitetura religiosa, pois, trazia inovações em sua planta de traçado curvilíneo, que foi seguido depois pela Igreja do Rosário em Ouro Preto e de São Pedro, em Mariana. Nessa época houve grande debate em torno dessa demolição (ANDRADE, 1986).

Duas outras igrejas, além de importante casario remanescente dos séculos XVII, XVIII e XIX, também foram destruídas em nome de uma chamada renovação urbana. Se, na então capital Federal do País isto ocorreu, o que não aconteceu, e ainda acontece, no interior do País?

Em Mariana, foi demolida a "poética e histórica São Gonçalo, a veneranda igrejinha duas vezes secular, plantada no mesmo outeiro onde se decidiu, pelas armas, do desbarato dos emboabas,..." (VASCONCELLOS, 1941, p. 13).

Em Venda Nova, Minas Gerais foi desmanchada a velha Matriz; em Belo Horizonte também foi demolida a antiga Matriz de Boa Viagem. O mesmo aconteceu com a Igreja de Santa Rita, em Sabará. Os exemplos dariam para compor um volumoso catálogo, onde - pelo menos aí - ficaria guardada a memória destruída.

Analisando nossas cidades com um passado histórico e artístico marcante - como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Olinda, Salvador, Parati, Ouro Preto, Cuiabá, Tiradentes, apenas para citarmos alguns exemplos - conclui-se de imediato que a deterioração econômica do bairro ou cidade foi um fator decisivo para a preservação dos monumentos históricos, sejam eles

religiosos ou não.

Isto ocorreu principalmente com os imóveis, em relação aos quais o valor econômico entra em conflito com sua preservação como obra arquitetônica e passa, às vezes, a ter o seu valor traduzido em metros quadrados de terreno, pois a especulação imobiliária já valorizou toda a área à sua volta e o proprietário sonha em incorporar um edifício nesse espaço.

Observa-se, pois, um paradoxo: o fator que mais tem contribuído para a preservação dos bens arquitetônicos não religiosos, tem sido a desvalorização imobiliária da área em que o mesmo está situado. Isto acontece com prédios, zonas ou bairros, ou mesmo com cidades inteiras. Tudo, ou quase tudo o que se preservou no Brasil, até a década de trinta, em termos arquitetônicos, teve como causa de sua preservação uma decadência econômica de sua área de localização, e não, um ato de respeito à história e à arte.

O mercado imobiliário - aqui visto como tirano - não é porém um monstro autóctone (auto-gerado). Ele se fundamenta em nossos próprios valores culturais. Em nossa cultura o novo é sinônimo de "belo", "moderno"; e o antigo é "velho", "ultrapassado" e, até mesmo, "feio".

Outro mercado, o de antiguidades, tem despertado a cobiça até mesmo de padres, dilapidando o acervo de arte religiosa. A Matriz de Nossa Senhora de Cassiterita, em Cassiterita, Minas Gerais tinha o forro do teto pintado por Joaquim José da Natividade, importante pintor rococó da região de São João del Rei. Esse forro, provavelmente da década de 20 do século passado foi restaurado em passado recente e não mais se encontra na

Igreja. Foi vendido a um colecionador particular (ARAÚJO, 1988). Neste cenário, o Estado não pode deixar de ser o principal agente da preservação e seu papel, de certa forma, tem um caráter assistencialista (MACHADO, 1984). Mário Machado vê o assistencialismo como uma das características fundamentais da atuação das agências governamentais que desenvolvem atividades na área cultural, isto é, procuram superar dificuldades de sobrevivência da cultura, num mercado hostil.

Poderíamos citar outros fatores que aceleram a destruição dos monumentos, arquivos e obras de arte. Entre eles as chuvas, o clima húmido, as traças e cupins, que encontram no descaso da sociedade e das autoridades um forte aliado, no processo de aniquilamento do patrimônio histórico nacional.

Outro ponto importante a destacar é que a preservação dos monumentos históricos e culturais não pode ser uma ação desencadeada e executada exclusivamente pela União. É um trabalho que deve envolver outros níveis governamentais, como o Estado e o Município, além da sociedade civil, através dos cidadãos e das comunidades. Aliás, assim o entende a Constituição Federal de 1988.

Portanto, para compreendermos o atual processo de preservação dos monumentos, temos que analisar não somente o conteúdo das políticas, mas também sua operacionalização, o que envolve análise dos órgãos e esforços de integração dos diferentes níveis governamentais, entre si e com a comunidade.

Neste sentido, as perguntas básicas a que este trabalho pretende responder são:

Tem havido uma integração de ação entre os diferentes

níveis governamentais, entre si, e deles com a comunidade e com os cidadãos, em seus esforços de preservar nosso patrimônio cultural e artístico? Por quê?

Para tentar encaminhar de forma concreta a resposta a essas questões, estudamos o caso do município mineiro de Mariana. Aí analisamos a estrutura institucional voltada para a preservação do patrimônio histórico e artístico, nos diferentes níveis governamentais, relacionando-a com uma política pública de preservação desse patrimônio.

Ao analisar as ações, procuramos conhecer a atitude da comunidade frente ao problema e em relação ao encaminhamento das soluções. Procuramos, também, identificar o desenvolvimento do processo de informação voltado para a valorização do patrimônio cultural local. Trabalhamos com uma hipótese retirada da observação do encaminhamento das atividades de preservação do patrimônio de Mariana:

No processo de preservação do patrimônio cultural e artístico não tem havido integração de ação entre os diferentes níveis governamentais, entre si e com a comunidade.

A ausência desta integração é devida à não-participação da comunidade no processo de preservação do patrimônio histórico e cultural.

O estudo analisou, de forma sucinta, a evolução histórica do pensamento e das políticas de preservação do patrimônio. Neste processo, adotou-se o princípio de que a preservação do patrimônio histórico e artístico, com ênfase nos monumentos arquitetônicos e nos elementos que o integram, é parte da Política Cultural, porém a Política Cultural não se restringe à

preservação desses monumentos.

Procuramos identificar a atual estrutura institucional dessa política nos diferentes níveis governamentais, a atuação dessa estrutura em Mariana e sua relação com essa comunidade. Procuramos também analisar qual a prioridade desta política para a comunidade. Buscamos, ao visualizá-la dentro da comunidade, saber se sua operacionalização gerou conflitos ou se originou outros tipos de problemas. Acreditamos que esta abordagem assume especial importância principalmente pelo papel que a Constituição de 1988 conferiu ao cidadão e à comunidade neste campo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que tanto o cidadão quanto a comunidade, assim como o Município, o Estado e a União, devem participar da preservação do patrimônio histórico e cultural. O Art. 5º, LXXIII assim determina : "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor salvo comprovada má-fé, isento de custas jurídicas e do ônus da sucumbência."

No Título III-Capítulo II, o Art. 23. diz "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios :

III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;"

A Constituição, ao estender esta responsabilidade ao cidadão, democratiza este processo, associando a preservação do patrimônio histórico e cultural ao exercício da cidadania. É importante, pois, obter informações que permitam conhecer até que

ponto esta democratização foi alcançada. Também foi importante obter indicadores que permitam avaliar se é possível um processo totalmente democrático, aí entendido como expressão da vontade da comunidade em todas as fases do processo de preservação.

Ao rever a literatura sobre o tema, observamos que esta abordagem é pouco explorada, conforme também constata Luiz Felipe M. Castro: "Os estudos sobre políticas públicas realizados na área cultural são reconhecidamente escassos, caracterizando o pouco desenvolvimento que o tema apresenta" (CASTRO,1989,p.22). Este estudo poderá dar uma pequena contribuição para estudos futuros, que poderão ser realizados em outros municípios.

II-METODOLOGIA

Após a formulação do problema que pretendíamos estudar, estabelecemos a metodologia, escolhendo o tipo de pesquisa, tanto quanto aos fins como quanto aos meios;as variáveis a serem estudadas,definidas operacionalmente;o universo e a amostra a serem pesquisados; os dados a serem coletados, os instrumentos mais adequados; e as análises a serem realizadas.

Estes passos constituem o planejamento da pesquisa que é definido por Selltiz como "a organização das condições para a coleta e análise dos dados" (SELLTIZ, 1974,p.60).

Seguimos o encaminhamento prático sugerido por Good e Hatt para o planejamento da pesquisa ,passando pelas etapas: análise da bibliografia e da documentação pertinente ao tema;análise do tema com pessoas da área acadêmica e com técnicos que trabalharam no assunto pesquisado; busca de documentos ainda não publicados; trabalho na conceitualização das variáveis a serem estudadas;

operacionalização da hipótese, tornando-a clara e ressaltando seus vínculos com a teoria social, buscando uma aproximação e familiaridade com o problema (GOODE, 1960, p.121).

1-Tipo de pesquisa (VERGARA, 1991)

Quanto aos fins, vimos que esta pesquisa deveria ser explicativa, entendendo-se que "... uma pesquisa explicativa buscaria estudar o nexos, a associação entre duas ou mais variáveis" (MOURA CASTRO, 1977, p.65), como participação comunitária e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Portanto, esta pesquisa não deveria se deter na simples descrição das variáveis. Ela deveria procurar, mesmo que de uma maneira elementar, saber o que ocorre com y quando x varia de intensidade. É a relação entre as variáveis, e não apenas um simples levantamento, que dá mais relevância à pesquisa.

Para Vergara (VERGARA, 1990), uma pesquisa é explicativa quando busca ou tornar inteligível ou explicar a razão de alguma coisa; quando procura mostrar quais fatores contribuem de alguma forma para a ocorrência de determinado fenômeno.

Mas esta pesquisa também deveria ser descritiva, pois procuraria identificar características da relação entre as diferentes variáveis. Aqui entraria ainda, a identificação dos processos de relacionamento entre os diferentes níveis governamentais, comunidade e outros elementos do poder local, dentro de uma perspectiva de preservar o patrimônio cultural local, porém, sem o compromisso de buscar uma precisa explicação de causalidade.

Selltiz nos diz, também, que os estudos descritivos não se devem limitar a apenas um método de coleta de dados. Desta forma utilizamo-nos de entrevistas, questionários, formulários, observação sistemática direta, pesquisa bibliográfica e documental, além da observação participante.

A base empírica desta pesquisa, coletando dados no local onde ocorre o fenômeno, permite classificá-la, quanto aos meios, como pesquisa de campo empírica. No município de Mariana, o foco de nosso estudo, entrevistamos os diferentes segmentos da comunidade que atuam ou que sentem os efeitos de uma política de preservação do patrimônio histórico e cultural. Assim destacamos entre esses segmentos entrevistados :

Prefeitura Municipal	Prioridades	Levantamentos de Documentos
	Problemas	
	Sugestões	
Câmara dos Vereadores	Opiniões	
Técnicos dos órgãos de preservação	Ações	Entrevistas Estruturadas
Escolas/Faculdades	Planos/Orçamentos	
Prof. e estudantes		
Igreja Católica:		
Bispo		
Párocos		
Diretores de Museus		
Associações Culturais		
Associação Comercial		
Empresas		
Comunidade	Opiniões gerais	Observação sistemática
	Expectativas	
	Descontentamento\Satisfação	

Aqui, devemos ressaltar a importância que teve a coleta de dados junto a informantes que, pela sua vivência profissional ou acadêmica, puderam contribuir com conhecimentos importantes, "idéias provocantes, intuições úteis" (SELLTIZ, 1974 p.64). Podemos agora tecer breves comentários sobre alguns dos

instrumentos utilizados na coleta de dados.

Em primeiro lugar a observação. Aparentemente, este seria o método mais simples, porém é exatamente esta aparência que o torna merecedor de uma sistematização apurada para que não seja um simples registro de sentimentos ou impressões. Good e Hatt dizem que "a ciência começa com a observação e deve no fim, voltar à observação para uma validação final" (GOODE, 1960, p.155).

A observação, para que possa ser um instrumento de pesquisa, deve ser sistematizada, isto é, deve ser voltada para o que se está pesquisando, mas com flexibilidade suficiente para não perder aspectos não-previstos e importantes, que possam surgir. Deve ser crítica, verificando se estamos observando as variáveis pertinentes e de forma objetiva (e não, simplesmente, emocional). Deve também ser acompanhada de registro, sem o que pode ser traído pela memória do pesquisador. Assim utilizamos sempre um diário de pesquisa onde eram registrados fatos, idéias, sugestões.

Outro instrumento utilizado foi a entrevista - que seguiu, de forma mais ou menos flexível, um roteiro que nos permitiu conduzir as entrevistas sem que fossem deixados pontos descobertos, não retirando, porém, do entrevistado a liberdade de acrescentar tópicos não contemplados no roteiro. Procuramos limitar as questões ao essencial, sem que nos escapasse nenhuma informação relevante, pois a complementação posterior é impossível.

Na investigação documental, analisamos documentos das instituições envolvidas com o tema. Aí se incluíram projetos de

lei na Câmara dos Vereadores de Mariana, planos do IBPC, relatórios, avaliações internas. A bibliografia que apresentamos neste relatório mostra a pesquisa bibliográfica, levantando livros, teses, e jornais, que contribuíram tanto para o enriquecimento da fundamentação teórica quanto oferecendo resultados de pesquisas empíricas, opiniões, e outros dados.

Esta pesquisa não deixa de ter características de estudo de caso, pois ao abordar o problema concentramos o estudo num município. Esta abordagem pode ter perdido um pouco da capacidade de generalização porém permitiu um estudo mais aprofundado, ou abrangente, de uma das realidades existentes. Good e Hatt definem o estudo de caso como "um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter uitário do objeto social estudado" (GOODE, 1960 p.423). Portanto, considera a unidade social como um todo, porém é difícil estabelecer os limites de qualquer objeto social.

2- Universo e amostra

A relação dos bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico apontava, em 1981, 223 municípios brasileiros com algum bem tombado (SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, 1982).

Este estudo se restringiu ao município de Mariana, Estado de Minas Gerais. A escolha de Mariana se deu em função de sua importância histórica, da riqueza de monumentos que necessitam ser preservados, do seu tamanho e, também, pela sabida existência de conflitos no processo de preservação.

As entrevistas locais foram realizadas com pessoas representativas da população, pois ouvimos segmentos da liderança local. Foram entrevistadas as autoridades municipais; professores

universitários, comerciantes, dirigentes industriais, e representantes do clero, além de artistas, professores primários, guias de turismo.

4-Análise dos dados

Goode e Hatt nos dizem que a " hipótese fundamental da sociologia é de que existe uma regularidade no fenômeno social" (GOODE, 1960, p.399). Somente com essa regularidade é que podemos pensar em fazer ciência, em produzir conhecimento sobre os fenômenos sociais.

Ao realizarmos uma pesquisa, este é o nosso objetivo básico: produzir conhecimento. Assim " as questões fundamentais a serem propostas sobre todas as técnicas de pesquisa são aquelas relacionadas com a precisão, fidedignidade e relevância dos dados e suas análises " (GOODE, 1960, p.400). Pressupondo que nossos dados cumpriram estes requisitos, podemos partir para a análise dos mesmos.

O objetivo da análise foi sumarizar as observações completadas e os dados levantados. A partir dos dados procuramos sua interpretação, isto é, seu sentido mais amplo. Em primeiro lugar, demos um tratamento aos dados de forma a permitir que fossem agrupados em categorias. Várias centenas de respostas precisaram ser agrupadas em certo número de categorias significativas, determinadas por um princípio de classificação. A pergunta básica da pesquisa ou as hipóteses apresentaram a base para a escolha dos princípios de classificação. O conjunto de categorias seguiu uma regra básicas: ele deveria ser derivado de

um único princípio de classificação. Seguimos, aqui, as categorias constantes do nosso referencial teórico.

5-Limitações da metodologia

Pelas próprias características de ser um levantamento de dados para a elaboração de uma dissertação de mestrado, sem contar com outros recursos além do tempo e da capacidade restritos de um mestrando, o trabalho certamente apresenta limitações que antecipadamente devemos ressaltar.

1-O estudo se aprofunda em apenas um município, embora tenhamos entrevistado técnicos com atuação em âmbito nacional, o que pode levar a generalização de constatações que, entretanto poderiam ser fenômenos específicos.

2-O pensamento da população local é representado por segmentos de sua liderança, que podem refletir apenas parcialmente sua opinião.

Apesar destas limitações cremos que esta abordagem, sob a perspectiva da Sociologia e da Administração, oferecerá resultados que poderão auxiliar na melhoria dos programas de preservação do nosso patrimônio histórico e cultural.

III- REFERENCIAL TEÓRICO

1-CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Cabe, aqui, a distinção entre Política Cultural e Política de Preservação. Política Cultural é uma política mais abrangente envolvendo todas as áreas da cultura. Engloba tanto o

fazer, quanto o preservar. "Política cultural é o conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que orientam a ação cultural (execução da política) nos seus diferentes níveis" (SIMÕES LOPES, 1987, p. 26).

A política de preservação foi a primeira a ser implantada no Brasil, e durante muito tempo foi confundida com política cultural, da qual é parte. Mário Machado (MACHADO, 1984) assinala as seguintes características das Políticas Culturais, no Brasil:

Baixa visibilidade

A política cultural tem merecido pouca atenção tanto da parte dos políticos quanto pelos cientistas sociais. Temos registrados apenas alguns estudos sistemáticos. Esta pouca atenção talvez seja devida à existência de outros problemas no País, considerados maiores e de mais urgência, como os de emprego, alimentação, saúde, etc...

Falta de autonomia da área

Não podemos identificar claramente uma política cultural como identificamos uma política econômica, ou seja, com um comando centralizado, metas definidas e aferição de resultados. Para Machado, seria mais apropriado falar sobre a existência de políticas culturais, implementadas por órgãos diversos e com pouca ou nenhuma coordenação. Também devemos registrar, como consequência, a baixa alocação de recursos públicos para esta área.

Machado vê duas características fundamentais na atuação das

agências que atuam na área cultural: clientelismo, ou seja, as agências mais atendem à demanda que dirigem sua ação; assistencialismo, isto é, para atender às dificuldades de sobrevivência no mercado da indústria cultural.

A estas características se agregam uma diversificação e um pluralismo resultantes da falta de uma política cultural definida e da inexistência de uma estrutura organizacional. Como consequência, o projeto cultural em execução é o projeto do mercado, configurando a indústria cultural.

Conservar ou criar

Há uma tentativa de formulação de uma política cultural voltada para a defesa do chamado patrimônio histórico e artístico nacional, que Machado identifica como "literalmente conservadora" (MACHADO,1984,p.12). Essa política visa a preservação da memória, da história e da cultura, sem indagar que memória, e que história, que cultura podem ser classificadas de nacional. Mas essa dicotomia entre conservar ou criar apresenta reflexos na própria estrutura do Ministério da Educação e Cultura e, posteriormente no próprio Ministério da Educação. " Os sucessivos remanejamentos dos órgãos de cúpula do MEC incumbidos de direcionar a intervenção governamental na área cultural expressam não apenas os conflitos de interesse entre as vertentes patrimonial e executiva, mas também prenunciam a progressiva diferenciação organizacional, política e doutrinária da vertente cultural em seu conjunto, quer no âmbito do próprio MEC, quer a nível dos governos estaduais e municipais ou da iniciativa privada" (MICELI,1984,p.59).

Para Vera Bosi, a criação do Ministério da Cultura foi o passo decisivo para fortalecer a pluralidade cultural, agregando outros objetivos à Política Cultural. "A preservação do patrimônio cultural passou a ser vista em conjunto com o estímulo à criatividade artística da população, a defesa da identidade cultural e à própria vida social do país" (BOSI,1987,p.139).

Pluralidade cultural

O objetivo de uma política cultural não deve ser, exclusivamente, o de preservar o passado. Deve, também, se voltar para o presente, para a criação, procurando ampliar o seu espaço, e, também a produção, circulação e consumo de bens culturais.

Já Nestor Garcia Canclini (GARCIA CANCLINI ,1987) traça um amplo mapa que oferece uma tipologia de diferentes paradigmas, o que pode ajudar na classificação das diferentes políticas culturais e seus elementos. No nosso entender, estes paradigmas não são excludentes entre si .Ao contrário, eles permitem entender a complexa realidade da Política Cultural, onde há a coexistência desses modelos, e seus modos de organização.

Políticas Culturais: Paradigmas e modos de organização

PARADIGMA	PRINCIPAIS AGENTES	MODOS DE ORGANIZAÇÃO DA RELAÇÃO POLÍTICA- CULTURA
I) MECENATO LIBERAL	FUNDAÇÕES INDUSTRIAIS E EMPRESAS PRIVADAS	APOIO À CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DIS- CRECIONAL DA ALTA CULTURA.
II) TRADICIONALISMO PATRIMONIALISTA CONFLI-	ESTADO, PARTIDOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS	USO DO PATRIMÔNIO TRADICIONAL COMO ESPAÇO NÃO TIVO PARA A IDEN- TIFICAÇÃO DE TODAS AS CLASSES
III) ESTATISMO POPULISTA	ESTADOS E PARTIDOS	DISTRIBUIÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE ELITE E REIVINDI- CAÇÃO DA CULTURA POPULAR SOB O CON- TROLE DO ESTADO
IV) PRIVATIZAÇÕES NEO- CONSERVADORAS	EMPRESA PRIVADAS NACIONAIS E TRANS- NACIONAIS E SETORES TECNOCRÁTICOS DO ESTADO	TRANSFERÊNCIA AO MERCADO SIMBÓLICO PRIVADO DAS AÇÕES PÚBLICAS NA CULTURA
V) DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL	ESTADO E INSTITUIÇÕES CULTURAIS	DIFUSÃO E POPULA- RIZAÇÃO DA ALTA CULTURA
VI) DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	PARTIDOS PROGRESSISTAS E MOVIMENTOS POPULARES	PROMOÇÃO DA PARTI- CIPAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÃO AUTO-GESTIVA DAS ATIVIDADES
CULTURAIS POLÍTICAS		E

cont.

CONCEPÇÕES E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL

- I)- DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO E SEU DESENVOLVIMENTO
ATRAVÉS DA LIVRE CRIATIVIDADE INDIVIDUAL
-
- II) PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FOLCLÓRICO COMO
NÚCLEO DA IDENTIDADE NACIONAL
-
- III) AFIANÇAR AS TENDÊNCIAS DA CULTURA NACIONAL-POPULAR
QUE CONTRIBUEM PARA A REPRODUÇÃO EQUILIBRADA DO
SISTEMA
-
- IV) REORGANIZAR A CULTURA SOB AS LEIS DO MERCADO
E BUSCAR O CONSENSO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO
INDIVIDUAL NO CONSUMO
-
- V) ACESSO IGUALITÁRIO DE TODOS OS INDIVÍDUOS E
GRUPOS AO DESFRUTE DOS BENS CULTURAIS.
-
- VI) DESENVOLVIMENTO PLURAL DAS CULTURAS DE TODOS OS
GRUPOS EM RELAÇÃO COM SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES
-

Fonte: CANCLINI, Nestor Garcia. *Políticas culturales en America Latina*. Mexico: Grijalbo, 1987.

2-CONTEÚDO ELITISTA OU DEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Numa revisão rápida dos autores que têm analisado nossas políticas culturais, podemos encontrar posições que classificam como conflitantes atividades que, na verdade, são complementares.

Um autor analisado, Joaquim Arruda Falcão, ao estudar a política de preservação dos monumentos sob a ótica da relação das políticas públicas e democracia, diz que "A ideologia cultural pode ou não consolidar uma elitização da cultura brasileira e a

alocação desigual dos recursos para preservação pode aumentar os desníveis regionais e/ou favorecer determinados grupos sociais" (FALCÃO, 1984, p. 28).

Um outro ponto importante desse trabalho é uma espécie de sociologia da política de preservação proposta pelo autor. Esta política de preservação do patrimônio histórico e artístico, surgida na década de 30, está relacionada a uma maior participação do Estado, tanto na sociedade quanto na economia, e também aos movimentos nacionalistas que invadem até mesmo as artes, através dos modernistas.

Falcão analisa um levantamento sobre a origem social do monumento tombado, concluindo pela evidência de que há um privilegiamento da preservação de monumentos erguidos pela etnia branca, pela religião católica e pelo Estado vitorioso que construía palácios, fortes, foruns, etc...

Mais adiante ao caracterizar o patrimônio cultural, Falcão entra em conflito com esta classificação estática por ele atribuída aos monumentos tombados pelo SPHAN : " O patrimônio cultural a preservar será sempre refeito no presente" (FALCÃO, 1984, p. 33). Isto representa que sempre faremos uma releitura do nosso passado. Importante, então, no nosso entender, é preservar os marcos históricos e promover sempre um processo de conscientização da comunidade para o seu patrimônio cultural. Analisando a década de setenta, o autor destaca a crise do regime político do País dominado por uma ditadura militar. Há uma sede de democracia que passa por todas as áreas, que obriga mais e mais o governo a promover uma liberalização do controle político.

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) criado em

1976, é um marco de renovação da política de preservação cultural, resgatando conceitos defendidos por Mário de Andrade, em 1936. O CNRC teve origem fora do Ministério da Educação e Cultura, através de um contrato firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio, e o Governo do Distrito Federal, iniciando suas atividades a 1º de junho de 1975.

Em 2 de agosto de 1976, um convênio foi firmado abrangendo a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Indústria e do Comércio, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal.

O interessante é que seria a Fundação Cultural do Distrito Federal a hospedeira das ações desenvolvidas por este convênio, que era apoiado financeiramente pelos seus signatários.

O CNRC desenvolveu quatro programas de estudos, a saber: o do artesanato, dos levantamentos sócio-culturais, da história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamentos da documentação sobre o Brasil.

Cerca de 30 projetos de pesquisas, com objetivos de estudos como o artesanato indígena no Centro-Oeste, a tecelagem popular no Triângulo Mineiro, a cerâmica de Tracunhaem, um estudo multidisciplinar do cajú, etc.

Este convênio se encerrou a 31 de janeiro de 1980.

Falcão ressalta que o CNRC (depois fundido ao IPHAN) contribuiu com uma redefinição de cultura: "Cultura é processo, processo histórico, contínuo, heterogêneo e complexo. Seu conteúdo ideológico está nas contínuas intervenções (no caso, intervenções

do Estado) que tendem a reduzir a heterogeneidade e complexidade e a ressaltar como sendo a identidade cultural de uma nação, o que é apenas um dos inúmeros traços ou identidades culturais" (FALCÃO, 1984, p.33).

Em agosto de 1973 foi lançado o Programa de Ação Cultural(PAC), dentro do Ministério da Educação e Cultura, na gestão de Jarbas Passarinho. Este Programa deveria ter os objetivos de preservar o patrimônio histórico e artístico, incentivar a criatividade e a difusão das atividades artístico-culturais e capacitar recursos humanos. Contava com recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.

Para Sérgio Miceli, o PAC acabou fortalecendo uma vertente executiva que procurava se diferenciar da corrente patrimonial. O Ministério da Educação e Cultura(MEC) foi se convertendo, através da atuação do PAC, num super-produtor de espetáculos. Isto criou áreas de atrito com órgãos do MEC que desenvolviam atividades semelhantes ou conflitantes.

A estratégia do PAC foi a de canalizar recursos para esses órgãos ao invés de criar concorrência, produzindo porém eventos que não eram da esfera de qualquer órgão estabelecido. A corrente executiva foi fortalecida por iniciativas internas, como o PAC e a FUNARTE, e por solicitações originadas pelos produtores culturais. Já a corrente patrimonialista foi influenciada por iniciativas externas ao MEC, como o Programa das Cidades Históricas(PCH), que envolvia diferentes órgãos federais, e do Centro Nacional de Referência Cultural(CNRC), que era do Ministério da Indústria e do Comércio(MINC) e do governo do Distrito Federal. Esta corrente teve seus recursos aumentados,

redefinidos seus conteúdos e diretrizes e renovados seus quadros técnicos e lideranças. Todos estes fatores favoreceram uma mudança institucional dando origem à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à Fundação Pró-Memória.

"O PCH constituiu, em suma, o passo decisivo no processo de tombamento do período pioneiro da política patrimonial, fazendo ver a escassez de técnicos, o esgotamento das diretrizes da política de tombamento impostas pelo grupo até então hegemônico de arquiteto, as deficiências de toda ordem que vinham parализando a vertente patrimonial. As inovações doutrinárias da vertente patrimonial via CNRC associam-se, sem dúvida à presença e à contribuição de Aloísio Magalhães" (MICELI, 1984,p.79).

3- O TOMBAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

O tombamento é o registro pormenorizado de um bem, com a finalidade de protegê-lo, preservá-lo, e, assim, mantê-lo sob a custódia do Poder Público. O bem tombado fica sob o abrigo e a tutela pública. O tombamento é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada. Foi instituído no Brasil através do decreto-lei federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937, como instrumento de preservação do patrimônio histórico e cultural e é a primeira norma jurídica de limitação administrativa ao direito à propriedade.

3-1-QUEM PODE LEGISLAR SOBRE O TOMBAMENTO

Para Antônio Queiroz Telles o tombamento é matéria de direito administrativo. A Constituição de 1988 inova ao estabelecer, expressamente, ser da alçada da União, dos Estados,

do Distrito Federal e, igualmente dos Municípios a proteção dos documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como de monumentos, paisagens notáveis e sítios arqueológicos.

3-2-Ônus Social do TOMBAMENTO

"...Não há como negar-se que o valor do bem atingido pelo tombamento sofre violenta diminuição e, em alguns casos, até mesmo o total esvaziamento do seu conteúdo econômico reparável, apenas em alguns casos, após intermináveis recursos" (TELLES, 1992, p.98).

Na área municipal, São Paulo inovou com a lei nº 9.725, de 2 de junho de 1984, ao dispor sobre incentivos a serem concedidos aos proprietários de imóveis tombados. Este decreto dispõe sobre a transferência do potencial construtivo de imóveis preservados e estabelece incentivos.

Para Joaquim Falcão, "a participação social tem que penetrar no cotidiano imediato dos órgãos federais. Penetrar, por exemplo, no processo de tombamento. A tomada de decisão de um tombamento é um processo ainda autocrático, fechado à participação até mesmo dos mais diretos interessados. É um processo fora do controle substantivo do Legislativo e do Judiciário" (FALCÃO, 1984, p.36).

4-PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O conceito de participação, sob a perspectiva da comunidade ou da gestão social, deve ser entendido como a base da estratégia

da continuidade do processo de preservação do patrimônio, pois é o instrumento de integração de todos os membros da sociedade. Somente através da participação ativa de todos, numa base de igualdade e com o devido respeito à sua vontade, é possível falar em continuidade do processo de preservação.

Para Aloísio Magalhães, um aspecto importante é a participação dos Estados e Municípios nas ações de preservação. Isto leva à descentralização das ações, o que permite aproximá-las do cidadão. Como consequência, há uma revitalização do monumento tombado, o que permite conservar sua restauração. Em sua opinião devem ser ouvidos os desejos, anseios e inquietações da comunidade, pois somente a aprovação e nítida consciência do valor dos seus bens podem dar sentido à preservação do seu patrimônio (MAGALHÃES, 1985).

É importante, também, analisar as disposições a respeito I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR) 1985-1989, que procura aliar a preservação dos bens culturais ao estímulo do fluxo criador contemporâneo. (I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - 1985-1989). Este plano também apresenta propostas de democratização da política cultural: "preservar os bens culturais em sua dinâmica, assegurando-lhes proteção em sua correlação com os respectivos contextos, de modo que a ação oficial sirva de apoio e incentivo ao interesse das comunidades;

-mobilizar a sociedade civil, mediante adoção de mecanismos que lhe permitam, através da ação comunitária, assumir corresponsabilidade pela iniciativa e sustentação dos trabalhos de preservação do patrimônio e também, que, beneficiam o fluxo

criador da cultura em processo; ..." (I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República-1985-1989,p. 209).

Dentro deste espírito, a nova Constituição brasileira de 1988 procura garantir à população um maior nível de participação no processo decisório,estabelecendo no Art. 29, X, que as leis orgânicas municipais busquem "a cooperação das associações representativas no planejamento municipal". Mas participação pode também significar um enriquecimento da mediação entre a teoria e a prática em trabalhos comunitários, não somente a partir de postulados técnicos formais, conforme a proposta da racionalidade instrumental, mas através do diálogo entre os agentes sociais do processo, numa proposta de racionalidade comunicativa (TENÓRIO,1990).

Vera Bosi levanta três variáveis importantes para a efetivação da participação da população, num projeto que vise a democratização das ações voltadas para a cultura. Essas variáveis são as diretrizes políticas,a vontade real da equipe técnica e dos dirigentes, além dos recursos técnicos e financeiros.Somente assim poderão ser superados os princípios autoritários e coercitivos das práticas burocráticas (BOSI,1987).

5-O FEDERALISMO BRASILEIRO E O PAPEL DO ESTADO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO.

Federalismo é o sistema político que estabelece um governo central para todo o país e determinados governos regionais autônomos, distribuindo os poderes e funções entre os diferentes

níveis governamentais (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a organização político administrativa do Brasil compreende: a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios, todos com autonomia política e administrativa. As relações dos governos municipais com os governos estaduais e destes com o governo federal, "são relações de governo a governo e não de órgãos semi-descentralizados e, às vezes, desconcentrados que mantêm certa subordinação administrativa em relação aos níveis superiores" (MELLO, 1993, p.5).

A orientação básica vem da lei. E o município brasileiro tem a prerrogativa de legislar. As leis municipais, quando tratam de matéria de sua competência, atribuída pela Constituição, sobrepõem-se às leis ordinárias estaduais e federais, e à Constituição Estadual. Somente se submetem à Constituição Federal. Os municípios e os Estados têm autonomia para elaborar seu orçamento, desde que este respeite os 25% reservados à educação.

A Constituição do Brasil é a única que concede autonomia política, administrativa e financeira ao Município. O federalismo brasileiro, nesse ponto, é único no mundo, enfatizando a descentralização.

Telles ainda cita Leme Machado, que diz : "não há nenhuma vedação constitucional a que o tombamento seja realizado diretamente por ato legislativo federal, estadual ou municipal" (TELLES, 1992,p.80).

IV-EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO, DAS POLÍTICAS E DA LEGISLAÇÃO VOLTADAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO BRASILEIRO. UMA RÁPIDA REVISÃO HISTÓRICA.

Período anterior a 1934-De D. André de Melo e Castro a Mário de Andrade

Em carta do Conde de Galveias, D. André de Melo e Castro (vice rei do Brasil, de 1735 a 1749), de 5 de abril de 1742, enviada ao Governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, ele dá sua opinião em defesa da conservação de monumentos deixados pelos holandeses: " mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania..." (MEC\SPHAN\PRÓ-MEMÓRIA, 1980,p.61). Podemos ver aí uma das primeiras manifestações da preocupação em preservar um patrimônio e uma memória.

Durante o período do Império não registramos nenhuma ação ordenada para a proteção de nosso patrimônio. Somente neste século, nossa herança barroca, tanto de Minas como da Bahia e Pernambuco, teve um papel importante na conscientização da necessidade de preservar nossos monumentos artísticos. O barroco, mesmo na Europa, ficou relegado a segundo plano, como uma arte menor, durante todo o século XIX. A própria denominação barroco era pejorativa.

No final do século XIX com Wolfflin, Focillon, Eugênio D'Ors, Weisbach, Balet enfim o barroco passa a ser valorizado

como arte. Essas idéias devem ter chegado ao Brasil no começo deste século e devem ter propiciado uma releitura do nosso acervo barroco. Até então o barroco teve manifestações de certa indiferença, como nas reações dos visitantes estrangeiros que estiveram no Brasil e registraram em livros suas impressões, como Auguste de Saint-Hilaire em 1818 ou o inglês Richard Burton, em 1867. Mas houve também manifestações de repúdio. O Padre Júlio Engrácia, em 1900, citado por Myriam Ribeiro S. Tavares (SILVA TAVARES, 1972, P.35-55), registra a avaliação estética de seus colaboradores na tarefa de manter os Passos de Congonhas: "os Passos são considerados figuras medonhas, mais próprias para fazer rir as crianças do que para atrair a veneração ou a simpatia dos corações". Na época a Igreja preservava os templos religiosos pela devoção dos fiéis, e não, pelo seu valor estético.

Não temos dúvida do papel pioneiro de valorização da nossa herança barroca representado pelos modernistas, principalmente os de São Paulo. Em 1919, Mário de Andrade esteve em visita a Minas (DIAS, 1972, p. 7-16). O relato dessa viagem está na Revista Brasil, em 1920. Na viagem esteve com personalidades locais, como o poeta Alphonsus de Guimarães, que vivia em Mariana. Também em Mariana, conversou sobre os monumentos artísticos com D. Silvério Gomes Pimenta, primeiro arcebispo de Mariana. Esses contatos e a repercussão do artigo da Revista Brasil foram sedimentando a revalorização da arte barroca mineira e a necessidade de sua preservação.

Em 1920, o Prof. Alberto Childe, do Museu Nacional, recebeu do presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Bruno Lobo,

um pedido para elaborar um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional. Este anteprojeto era incompleto e propunha a desapropriação de todos os bens e não teve boa acolhida. Sómente em 1923, aparece um projeto na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Luis Cedro, de Pernambuco. Este projeto era frágil e também não teve aprovação. Ele propunha a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos.

Em 1924, dois anos após a badalada Semana de Arte Moderna, uma caravana de intelectuais modernistas paulistas visita Minas. Nesse grupo, estavam Mário de Andrade, Oswald de Andrade (que tinha estado, na Europa, em contato direto com as idéias e tendências artísticas), D. Olívia Penteado, Blaise Cendrars e outros. Em Minas essa caravana teve apoio do Presidente do Estado, Raul Soares, que designou para acompanhá-los os secretários Daniel de Carvalho, da Agricultura e Melo Viana, do Interior, que viria a ser Presidente do Estado.

Não há dúvida de que essa caravana trouxe novas idéias, abrindo o ambiente intelectual e deixando frutos que resultaram, entre outros aspectos, na revalorização do barroco. Faziam parte do grupo modernista de Minas Gustavo Capanema (depois ministro da Educação e Cultura no governo de Getúlio Vargas) e Rodrigo Melo Franco Andrade, indicado por Mário da Andrade para diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como veremos adiante. Mas os participantes desta caravana também absorveram alguns valores da arte que descobriram em Minas.

O poeta Augusto de Lima, representante de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, elaborou em 1924 um projeto, que foi vetado por se chocar com a Constituição vigente e com o Código Civil.

Este projeto pretendia impedir a saída para o exterior de "obras da arte tradicional brasileira." Posteriormente, iniciativas estaduais, em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco pretendiam contribuir para a proteção do patrimônio. Em Minas, o presidente estadual Mello Viana, em 1925, constituiu uma comissão para estudar medidas que pudessem proteger o patrimônio do Estado, já naquela época dilapidado pela ganância dos comerciantes de antiguidades e pela deterioração originada pela ação do tempo. A comissão era constituída pelos três arcebispos de Minas: D.Joaquim Silvério de Souza(Diamantina), D.Helvécio Gomes de Oliveira (Mariana, sucessor de D. Silvério), e D. Antônio dos Santos Cabral (Belo Horizonte); além do senador Diogo de Vasconcelos; dos deputados Augusto de Lima e Nelson de Sena; dos Drs. Lúcio dos Santos, Jair Lins ,Gustavo Pena, Agnaldo de Macedo e Francisco Negrão de Lima. Embora não tenha tido continuidade, este estudo originou um anteprojeto de lei com alguns princípios que foram adotados posteriormente.

Certamente a participação dos bispos nessa comissão os levou também a adotar uma posição de defesa do patrimônio artístico pertencente à Igreja. A 3 de maio de 1926, uma Carta-pastoral assinada por todos os bispos mineiros é dirigida ao clero e aos fiéis de suas dioceses. O documento analisa a posição de defesa da Igreja Católica dos objetos artísticos utilizados em seus cultos. Estabelece regras severas para os párocos no tocante a guarda e preservação dos monumentos e objetos sob sua jurisdição, como por exemplo: "não alienar pinturas, esculturas, alfaias, móveis, jóias, paramentos, mormente antigos, de valor, nem reformar quaisquer objetos de arte sem licença escrita da

autoridade competente". Propõe, também, que sejam ministrados cursos aos padres sobre arte, para que eles estejam informados do valor artístico dos objetos sob sua tutela (Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos Fiéis de Suas Dioceses Sobre o PATRIMÔNIO ARTÍSTICO. 1926).

Na Bahia, em 1927, foi criada a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais (leis estaduais Nºs 2.031 e 2.032, de 8 de agosto de 1937 e regulamentadas pelo Decreto Nº 5.339, de 6 de dezembro. Pernambuco criou sua Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, através da lei estadual Nº 1.918, de 24 de agosto de 1928.

Entretanto, estas iniciativas tinham, apenas a importância de manter acesa a idéia da preservação do patrimônio. Mas, efetivamente, elas mostram-se inócuas. Faltava um respaldo na Constituição e no Código Civil, que não previam restrições ao direito à propriedade com o intuito de preservar o patrimônio artístico e cultural, nem sanções a quem o dilapidasse.

Outro projeto, desta vez do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, de 29 de agosto de 1930, com princípios válidos, teve seu curso interrompido pela Revolução de 30. Este projeto propunha a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional.

Na evolução da idéia de proteger o patrimônio artístico e histórico nacional teve importância o decreto que elevou a cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional (Decreto Nº 22.928 de 12 de julho de 1933.) Nas considerações deste decreto pode-se ler que: " que é dever do poder Público defender o patrimônio artístico da nação" e que "fazem parte das tradições de um povo

os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história".

Em seu Art. 1º., o decreto estabelecia que a cidade de Ouro Preto ficava erigida em Monumento nacional, sem ônus para a União Federal. O Art. 2º entregava à vigilância e guarda do Governo do Estado de Minas Gerais e da Municipalidade de Ouro Preto os monumentos que constituíam o patrimônio histórico e artístico. O Art. 3º previa acordos firmados entre autoridades eclesiais e os governos estadual e municipal para a preservação dos monumentos religiosos.

Ainda nesse mesmo mês, o decreto Nº 24.735, de 14 de julho de 1934 aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional e organiza o serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais. O Museu Histórico Nacional, sob a direção de Gustavo Barroso passaria a ter a função de inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos. Para isto organizaria um catálogo de edifícios de reconhecido valor artístico e histórico. Esta idéia era apoiada pelo então ministro da Educação, Dr. Washington Pires. Entretanto, nesse mesmo ano o ministro foi substituído por Gustavo Capanema, que não prestigiou a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Assim sendo a atuação desta ficou restrita a Ouro Preto.

A Constituição de 1934 incorpora definitivamente ao Estado a missão de proteção ao patrimônio. Em seu Capítulo II, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, no Art. 148, preve que "Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País,

bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual."

Período pós 1934: De Rodrigo de Mello Franco a Renato Soeiro

Durante a gestão de Gustavo Capanema, que foi ministro da Educação de 1934 a 1945, foi consolidada a participação do Estado na preservação do patrimônio artístico e histórico. Sua idéia de criar um serviço nacional para a defesa do patrimônio iniciou-se com uma solicitação a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, para que apresentasse um projeto nesse sentido.

As sugestões apresentadas por Mário de Andrade foram extremamente pertinentes e o ministro solicitou à Câmara que incluísse no projeto de reorganização do Ministério da Educação o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Também por sugestão de Mário de Andrade, foi nomeado diretor do SPHAN o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, jornalista e escritor. O SPHAN funcionou provisoriamente através de autorização do Presidente da República, de 19 de abril de 1936. Nesse mesmo ano, a 15 de outubro, o Presidente envia projeto de lei ao Congresso com o objetivo de fixar "os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico", traçando o plano dos poderes públicos na matéria.

O SPHAN foi institucionalizado através da Lei Nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, através do seu Art. 46, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o

tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. O golpe de 10 de novembro de 1937 fecha o congresso e interrompe a tramitação final do projeto de lei sobre a proteção ao patrimônio.

Então o Decreto-lei No 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio, regulamentando o SPHAN, o mais antigo órgão oficial de proteção artística e cultural, da América Latina. O Art. 1º desse decreto-lei define o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O conceito de **bem cultural** proposto por Mário de Andrade era mais amplo do que este proposto no Decreto-lei no. 25. Mas este aspecto discutiremos mais adiante.

O Capítulo II estabelece que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional possuirá quatro **Livros do Tombo**:

1-Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2-Histórico; 3-Belas-Artes; 4-Artes Aplicadas; nos quais serão inscritas as obras **tombadas**.

O decreto-lei No. 25, válido ainda hoje, é o instrumento jurídico básico para o **tombamento**. Sem dúvida o **tombamento** constitui restrição imposta ao direito de propriedade e deve, portanto, ter apoio constitucional e, também, do Código Penal.

A Constituição de 1937, em seu Art. 134, estabelece: "Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza,

gozam da proteção e dos cuidados especial da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. Portanto, configura-se uma posição mais vigorosa que a anterior, fortalecendo a proteção ao patrimônio.

Por sua vez o CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, de 7 dezembro 1940, em seu TÍTULO II, Art.165, determina: "Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

" Pena: detenção ,de seis meses a dois anos, e multa, de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros."

Já o Art.166, estabelece "Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto do local especialmente protegido por lei: Pena: detenção, de um mês a um ano, ou multa, de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros."

Completando a limitação da propriedade para fins de preservação do patrimônio histórico e artístico, temos o decreto-lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. O Art. 5º diz: "Consideram-se casos de utilidade pública: k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza."

Posteriormente, o decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, dá ao Presidente da República o poder para cancelar tombamento por interesse público. Este decreto teria sido

assinado por pressão do então prefeito do Distrito Federal- que planejando construir a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, necessitava destruir alguns prédios tombados, como a já mencionada Igreja de São Pedro dos Clérigos.

Com fim da ditadura Vargas, em 1945, é implantado um novo regime democrático que, em 1946, promulga uma nova Constituição. A proteção ao patrimônio continua em suas idéias básicas. No seu CAPÍTULO II, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, o Art. 175. dispõe que "As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob proteção do poder público."

Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é transformado em Diretoria através do decreto-lei Nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946. São criados quatro distritos do DPHAN: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Também os Museus da Inconfidência, das Missões e do Ouro ficam subordinados à Diretoria do SPHAN.

A 26 de julho de 1961, é promulgada a lei Nº 3.924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré históricos. Em 1965, foi aprovada a lei Nº. 4.845, de 19 de novembro, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico.

O decreto-lei Nº 58.077, de 24 de março de 1966, coloca Parati na posição de monumento nacional e é, também, um primeiro plano articulado para proteção de conjuntos e não somente de monumentos isolados. É articulado porque estabelece condições para o desenvolvimento urbanístico. Em seu artigo 3º estabelece: "O Ministério da Educação e Cultura, pela Diretoria do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso de órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro e do Município interessado, a adoção do plano urbanístico adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural do sítio histórico de Paratí quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do território municipal" (Decreto Nº 58.077 de 24 de março de 1966)

A Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, que no TÍTULO IV, DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, em seu Art. 172, diz: "O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo Único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas."

Os primeiros 30 anos de atividades do SPHAN\DPHAN são considerados a "fase heróica", marcada pela personalidade de seu diretor, Dr. Rodrigo Melo Franco Andrade. "Sob a pressão do tempo perdido, de séculos de abandono e da carência crônica de dinheiro e de recursos humanos, a instituição, em seus primeiros anos de vida, teve que redobrar os esforços para dar conta da tarefa a que se propunha" (MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980,p.28).

Com a saída de Rodrigo Melo Franco do DPHAN, a 24 de junho de 1967, assume a direção do órgão Renato Soeiro. Ele esteve à frente do DPHAN no período entre 1967 e 1979, dando continuidade à orientação de Rodrigo Melo Franco, mas também iniciando uma nova fase da instituição.

Em um Encontro promovido pelo Ministro da Educação e Cultura para o estudo de medidas complementares ao Programa de

Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi redigido o Compromisso de Brasília, em 3 abril de 1970. Da reunião, participaram Governadores de Estado, Secretários e Prefeitos Municipais, além de representantes de instituições culturais.

Constam do documento uma agenda com 23 sugestões, entre as quais:

a) Aos Estados e Municípios compete ação complementar, com a orientação do DPHAN, para proteger os bens culturais nacionais e regionais. Para tal, deverão ser criados órgãos estaduais e municipais, articulados com os Conselhos Estaduais de Cultura e com o DPHAN;

b) Nos casos de proteção à natureza em articulação com o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF);

c) O DPHAN assessorará no encaminhamento de legislação pertinente, caso necessário;

d) Deverão ser planejados e realizados cursos, em diferentes níveis, para a formação de mão-de-obra, com a cooperação dos diferentes níveis governamentais;

e) Ação educativa, através de atividades pertinentes, para alcançar alunos do primeiro grau aos universitários, como forma de despertá-los para a valorização do patrimônio cultural e formar especialistas necessários ao programa;

f) Recomenda-se a instituição de museus regionais, a conservação do acervo bibliográfico, a preservação do patrimônio paisagístico, e que os mesmos sejam divulgados, utilizando-se todos os meios disponíveis;

g) É necessário, também, entrosamento com autoridades eclesiásticas e militares, detentoras de monumentos históricos e artísticos.

O decreto Nº. 66.697 de, 27 de julho de 1970, reformulou a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e transformou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (IPHAN). Em outubro de 1971 novo Encontro foi realizado desta vez em Salvador. Esta reunião ratificou o Compromisso de Brasília e apresentou novas recomendações (constantes do Compromisso de Salvador) tais como:

- a) Criação de um Ministério da Cultura;
 - b)Elaboração e aprovação de legislação complementar, para alcançar proteção mais eficiente aos conjuntos arquitetônicos, paisagísticos e urbanos de valor cultural;
 - c) Criação de planos diretores que contemplem bens tombados;
 - d)Apoio de órgãos financiadores;
 - e) Melhor entrosamento entre os órgãos ligados ao turismo, no sentido de valorizar a proteção aos bens tombados e dar infraestrutura adequada para programas de visitas a esses locais.
- Entre as recomendações, também estavam a instituição de normas para inscrição compulsória dos bens móveis de valor cultural e de certificados de autenticidade, além de apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e folclórico. Também foi solicitado aos órgãos estaduais e municipais o calendário das festas tradicionais.

A 21 de maio de 1973, é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, sob a responsabilidade da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, financiado com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados. A Exposição de Motivos Nº 320/79, de 8 de novembro de 1979, encaminhada ao Presidente da República pelos

ministros da Educação e Cultura e do Planejamento, submete a proposta de transferência da responsabilidade da execução do Programa de Cidades Históricas da Secretaria do Planejamento para o IPHAN, órgão autônomo vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. O Programa, inicialmente atendia a proposta de restaurar monumentos isolados. Posteriormente adotou-se uma estratégia voltada para conjuntos de monumentos, destacando sua integração à comunidade quer sob o aspecto cultural quer sob o aspecto econômico. O Programa visava a reativação da base econômica da área quando se verificava sua debilidade, fruto da estagnação ou do crescimento acelerado. Suas principais ações se deram no Nordeste, no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e pretendia se estender a todo o Brasil, integrando entidades estaduais e municipais.

Uma portaria interministerial MEC/SEPLAN Nº.1.170, de 27 de novembro de 1979 trata da destinação dos recursos destinados aos Programas de Cidades Históricas, suas prioridades e ações a serem desenvolvidas. As prioridades se referem às áreas em deterioração pelo empobrecimento ou em processo de descaracterização pelo crescimento acelerado. As ações, por sua vez, deveriam procurar integrar as administrações federal, estadual e municipal, e ainda as comunidades. Deveriam, também, fomentar o turismo e as atividades comunitárias, culturais ou educacionais a ocuparem os espaços, mantendo-os vivos.

Em 12 de junho de 1975 é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Este Centro era coordenado pelo Prof. Aloísio Magalhães, e tinha como meta "traçar um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da

dinâmica cultural brasileira".

Novo convênio é firmado a 2 de agosto de 1976 entre oito órgãos estatais, para a cooperação técnica e financeira destinada à estruturação e expansão do Centro Nacional de Referência Cultural, entidade jurídica de direito privado. O CNRC teria como objetivos a realização de estudos, pesquisas, planos e programas, visando estabelecer um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Este sistema deveria ter as seguintes características principais:

a) ser adequado às condições culturais brasileiras; b) ter abrangência e flexibilidade para descrever fenômenos e processos que relacionam diferentes artes, ciências e tecnologias com as raízes culturais de cunho nacional ou regional.

Através de um termo aditivo, de 16 de outubro de 1978, este Convênio foi ampliado com a adesão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Banco do Brasil. "As iniciativas levadas a cabo pelo Centro podem ser compreendidas conforme as seguintes linhas de atuação: captação de vertentes no atual quadro sócio econômico do Brasil; memorização do acervo de dados captados, a ser usado como fonte de aprendizado, de reflexão e de referência; referenciamento adequado à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas e aos modos de documentação experimentados para um mais apropriado registro dos fatos e processos captados; e, finalmente, devolução dos trabalhos e reflexões ao público, em especial às comunidades envolvidas" (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p.45).

Dentro desta visão mais dinâmica, mais viva, a preservação do patrimônio não se restringia a obras de pedra e cal, mas incluía manifestações como o artesanato, que era um dos programas de estudo. Estes programas incluíam também levantamentos sócio-culturais, levantamentos da história da ciência e tecnologia no Brasil e de levantamentos de documentação sobre o Brasil. Este convênio foi encerrado a 31 de janeiro de 1980 e a Fundação Nacional Pró-Memória o sucedeu em responsabilidades, direitos e objetivos.

Os tombamentos e seus cancelamentos, através da lei Nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, passaram a ser dependentes da homologação do Ministro da Educação e Cultura.

A portaria Nº. 230, de 26 de março de 1976, aprovou o Regimento Interno do IPHAN, dando-lhe nova estrutura, transformando os seus Distritos em Diretorias Regionais e ampliando o seu número para nove (Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Porto Alegre). Também passaram a integrar o IPHAN sete grupos de Museus e Casas Históricas.

As atividades do Programa das Cidades Históricas se estendem, em 1977, aos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A portaria interministerial Nº 19, de 4 de março de 1977, é uma resolução conjunta dos ministros do Planejamento, Educação e Cultura e da Indústria e Comércio sobre a destinação dos recursos previstos na Exposição de Motivos Nº 24, de 2 de fevereiro de 1977, para estudos, projetos e investimentos, nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,

relativos à restauração e preservação de bens culturais, com o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas.

Para tanto prevê a necessidade de promover a participação conjunta e efetiva das administrações federal, estadual e municipal, além da sensibilização das comunidades, lideranças e proprietários. Esta disposição confere ao Estado um papel não-somente de "policial" na preservação do patrimônio, mas também de catalisador da ação de outros agentes sociais.

De Aloísio Magalhães ao Governo Collor

A 27 de março de 1979 Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN, depois de quatro anos à frente do CNRC. Sua gestão foi um marco na renovação do pensamento e da ação voltada para a preservação do patrimônio. O IPHAN através do Decreto Nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, é novamente modificado. O decreto cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. A SPHAN tem por finalidade inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico e arqueológico existentes no País, bem como, tomba e proteger o acervo paisagístico do País.

E a lei Nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. A Fundação, com personalidade jurídica de

direito privado, era destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção , a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País. A Fundação absorvem o PHC e o CNRC. O decreto Nº 84.396 de 16 de janeiro de 1980, aprova o estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências, entre as quais, a que determina que o quadro de pessoal da Fundação será regido pela CLT.

A 10 de abril de 1981 é criada a Secretaria de Cultura do MEC com Aloísio Magalhães como secretário. A SPHAN torna-se uma de suas sub secretarias.

Em abril de 1982 a SPHAN passa a ter 10 Diretorias Regionais, que também são representações regionais da Fundação Pró-Memória. Marcos Vilaça assume em 1º de julho, do mesmo ano, a secretaria da Cultura e a Presidência da Pró-Memória em substituição à Aloísio Magalhães, falecido em 13 de junho. O Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra é nomeado para a Sub-secretaria do Patrimônio.

Em 15 de março de 1985 é criado o Ministério da Cultura, tendo José Aparecido de Oliveira como ministro. A sub-Secretaria do PHAN passa a ser chefiada por Ângelo Oswaldo de Araújo Santos. Em 29 de maio José Aparecido de Oliveira é substituído por Aloísio Pimenta e Ricardo Cioglia assume a presidência da Fundação Nacional Pró-Memória. Em 18 de julho, é restabelecida a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com Ângelo Oswaldo de Araújo Santos como titular.

Em 1985, a lei Nº 7.347, de 24 de julho disciplina a ação civil pública, de responsabilidade por danos causados ao meio

ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.

O decreto Nº 93.302, de 16 de janeiro de 1986, complementa essa Lei, regulamentando o Fundo Para Reconstituição de Bens Lesados, e dá outras providências.

Em 14 de fevereiro de 1986, Celso Furtado é nomeado Ministro da Cultura e a 21 de março Joaquim de Arruda Falcão assume a presidência da Fundação Pró-Memória. A 8 de agosto é aprovado o Regimento Interno da Secretaria do PHAN e em 28 de novembro é aprovado o Regimento Interno da Pró-Memória.

Em 1987, é criada a 11ª Diretoria/Representação Regional da SPHAN com sede em Manaus e jurisdição em Roraima, Acre e Amazonas.

A 2 de outubro do mesmo ano, o Prof. Oswaldo José de Campos Melo é nomeado Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Pró-Memória.

A Constituição de 1988 ao tratar da proteção do patrimônio é bem ampla. Começa estendendo a todos os cidadãos o direito de defender o patrimônio, conforme citamos anteriormente.

Estende tal competência, também, aos três níveis do Estado. No Título III, - Capítulo II, Art. 23, dispõe que "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV- impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de

obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural". Por sua vez, o Art.24, prevê que "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX-educação, cultura, ensino e desporto".

O Art. 30 dispõe sobre a competência dos Municípios, na matéria, nos seguintes termos: " Compete aos Municípios:

IX-Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual."

Em sua Seção II, Da Cultura, A Carta Magna é ainda mais explícita.

"Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I-as formas de expressão;

II-os modos de criar, fazer e viver;

III-as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV-as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V-os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

12.O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

20.Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

#30.A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

#40.Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

#50.Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A Constituição de 1988 também incorporou um conceito amplo de patrimônio cultural, resgatando a proposta de Mário de Andrade. A responsabilidade pela proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural vai do cidadão, passa pela comunidade, e chega ao Município, ao Estado, incluindo o Distrito Federal, e até a União.

A Carta de 88 desce à competência de legislação comum ao tombamento, ela mesma, os sítios dos antigos quilombos, por exemplo. Só faltando especificar sua localização.

Do Governo Collor aos nossos dias ²

A ciranda das mudanças administrativas dos órgãos encarregados pela preservação do patrimônio ainda continua. A Lei Nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, -dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); a Fundação de Artes Cênicas (FUNDACEN); a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB); a Fundação Nacional PRÓ-MEMÓRIA; e a Fundação Nacional PRÓ-LEITURA. Esta mesma lei autoriza o Poder Executivo a constituir o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), ao qual seriam transferidos as competências, o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), bem como o acervo, as receitas, e dotação orçamentária da PRÓ-MEMÓRIA.

O IBPC tem como finalidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, nos termos do Artigo 216 da Constituição Federal. Ele sucede à SPHAN nas competências previstas nos decretos-leis Nº 25, de 30 de novembro de 1937, e 3.866, de 29 de novembro de 1941, nas Leis Nos 4.945, de 12 de novembro de 1968 e 3.934, de 25 de julho de 1961.

O IBPC deverá ser dirigido por uma presidência e uma diretoria de

² Já havíamos concluído a redação desta dissertação, quando foi editada a Medida Provisória Nº 610, de 08 de setembro de 1994. Publicada no Diário Oficial de 09 de setembro de 1994, em seu artigo 6º diz: "O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural-IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura-IBAC passam a denominar-se respectivamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e Fundação Nacional de Artes-FUNARTE, mantidas suas competências e naturezas jurídicas".

até quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

O Decreto Nº 99.600, de 13 de outubro de 1990, aprova a estrutura regimental da Secretaria da Cultura da Presidência da República. Este seria um órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República. Teria como finalidade planejar, coordenar, supervisionar a formulação e a execução da política cultural em âmbito nacional, de forma a garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.

O IBPC estaria vinculado a essa Secretaria.

O IBPC, teve sua estrutura regimental aprovada pelo decreto Nº. 99.602, de 13 de outubro de 1990, alterado pelo decreto-lei nº 335 de 12 de novembro de 1991. Suas finalidades seriam:

I-formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes da SEC/PR;

II-formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para a conservação e preservação do patrimônio cultural;

III-desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para a conservação e preservação do patrimônio cultural;

IV-promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural;

V-exercer as competências estabelecidas para SPHAN, ao qual sucede.

A lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, restabelece os princípios da Lei Nº 7.505, de 2 de julho de 1986 (a chamada "Lei Sarney"). Esta lei, intitulada "Lei Rouanet", institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com a finalidade de captar e canalizar recursos para a área da cultura. Em linhas gerais, esta lei visa facilitar o acesso às fontes da cultura; promover a regionalização da produção cultural; difundir as manifestações culturais, proteger o pluralismo cultural; permitir a sobrevivência dos modos de criar, fazer e viver; preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico; desenvolver a consciência internacional; estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal e priorizar o produto cultural do País. O PRONAC conta com o Fundo Nacional de Cultura, com o Fundo de Investimento Cultural e Artístico e com Incentivos a Projetos Culturais.

Os projetos de preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico incluem a conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos, como também a restauração de obras de artes e bens imóveis de reconhecido valor cultural. O Fundo Nacional de Cultura, por sua vez, deve contar com recursos do Tesouro Nacional, doações, legados e subvenções nacionais ou internacionais. Deve contar também saldos não utilizados pelos projetos, com 1% (um por cento) da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, 1% (um por cento) da arrecadação bruta das loterias federais, após

descontados os valores dos prêmios, reembolso dos empréstimos, doações da conversão da dívida externa, etc..

O FNC financia até 80% (oitenta por cento) dos projetos.

No Incentivo a Projetos Culturais está a aplicação de parcelas do imposto sobre a renda. Para tanto, quando se trata de despesas com conservação ou preservação, o projeto deve ter definição preliminar das normas pelo IBPC, aprovação do projeto e orçamento além de certificação posterior das despesas, também pelo IBPC.

É interessante ressaltar que, nas Disposições Gerais e Transitórias desta Lei, o Artigo 31 diz:" Com a finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de artistas e criadores no trato oficial dos assuntos da cultura e a organização sistêmica da área, o Governo Federal estimulará a institucionalização de Conselhos de Cultura no Distrito Federal, nos Estados e Municípios."

Com o afastamento do Presidente Collor, assumiu o governo o Presidente Itamar Franco, que voltou a criar o Ministério da Cultura, em substituição à Secretaria da Cultura da Presidência da República. Esta nova mudança, contudo não alterou o IBPC , automaticamente vinculado ao Ministério da Cultura.

Na análise dos dados, teremos uma visão da atuação dos diferentes órgãos que, direta ou indiretamente, se relacionam à política de preservação do patrimônio histórico e artístico.

V- RESULTADOS

O MUNICÍPIO DE MARIANA

Cidade histórica situada a 108 Km de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e a 12 Km de Ouro Preto. Sua população teve a seguinte evolução recente, segundo dados do IBGE:

ANO	População total	Pop. Urbana	Pop Rural
1960	23.278	13.420 (57,65%)	9.858 (42,35%)
1970	24.786	14.334 (57,83%)	10.458 (42,13%)
1980	29.404	19.503 (66,33%)	9.901 (33,67%)
1991	38.115	29.756 (78,00%)	8.359 (22,00%)

Esta série histórica mostra a concentração urbana a partir da década de 70. Em 1990 78% da população era urbana. Vemos, também, que nessa década a população rural reduziu-se não somente em termos percentuais (de 33,67%, para 22%) mas também em termos absolutos, de cerca de 9.901 para 8.359. A maior parcela da população urbana está concentrada na sede do município. Este crescimento demográfico, sem dúvida, representa problema para a preservação de uma cidade tombada.

De terreno montanhoso, Mariana encontra-se na Zona Metalúrgica do Estado. Suas atividades econômicas principais são a mineração e o turismo. Segundo dados da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais de Minas Gerais, Mariana é o 25º município (entre os cerca de 700 municípios de Minas Gerais) em recebimento do repasse do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Dentro de um critério compensatório, os municípios

recebem de acordo com que contribuíram para o tributo partilhado, isto é, o (ICMS). Portanto é um município rico, pois conta com esses recursos em volume bastante elevado.

O município tem 10 distritos: Mariana; Bandeirantes; Cachoeira do Brumado; Camargos; Cláudio Manuel; Furquim; Monsenhor Horta; Padre Viegas; Passagem de Mariana e Santa Rita Durão. Contrastando com os recursos repassados à Prefeitura Municipal, é um município de população pobre. Com base nos dados do censo demográfico de 1980, era a seguinte a situação ocupacional e de renda da população de Mariana, em relação à população total de Minas Gerais e de Belo Horizonte:

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE

1980³

Economicamente ativa			Não economicamente ativa	
Mariana	8.952	41,96%	12.385	58,04%
Belo Horizonte	1.010.353	52,00%	942.106	48,00%
Ttotal do Estado	4.736.190	47,65%	5.203.094	52,35%
Fonte:Censo Demográfico de 1980				

Portanto sua população econômicamente não-ativa era superior à média do Estado e à média do município de Belo Horizonte, capital do Estado.

³-Os dados do Censo de 1991 não estão disponíveis a nível de municípios.

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

1980

Em salários-mínimos

	Até 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	+ 10
Mariana	38,11%	31,20%	23,31%	5,44%	2,12%
Belo Horizonte	26,07%	30,97%	27,62%	8,90%	6,44%
Total do Estado	42,92%	28,10%	18,28%	5,35%	5,35%

Fonte:Censo Demográfico de 1980

No tocante à renda média mensal, 70% da população tinha renda até 2 salários mínimos. Estes dados se aproximam da média do Estado. Mas sua população com renda média superior a 10 salários mínimos é menos da metade do percentual do Estado.

Legislação Municipal

Em 1990, foi promulgada a Lei Orgânica do Município. Em seu Artigo 13, diz: " É competência do Município, comum à União e ao Estado.

IV-impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

A Seção IV trata especificamente da Cultura e do Turismo. No Art. 130 pode-se ler: "Constitui direito do cidadão marianense e de seus grupos sociais o acesso aos bens da cultura e às condições

objetivas para produzi-la.

Parágrafo Único-Todo marianense é um agente cultural e o Poder Público Municipal incentivará, de forma democrática, os diferentes tipos de manifestação cultural existentes no Município."

Por sua vez, o Art. 131 dispõe: "Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial que contenham referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores do povo marianense, incluindo :

I-as obras, objetos, documentos, edificações que contêm manifestações artísticas e culturais;

II-as funções de expressão cultural;

III- os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1º -as serestas, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda são consideradas manifestações culturais e terão apoio do Poder Público Municipal."

O Art. 132 institui que: "O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de plano permanente, o patrimônio histórico, artístico e cultural municipal, por meio de inventários, pesquisas, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação." Em seu Parágrafo Único, esclarece que: " O Poder Público deverá reunir, catalogar, preservar e restaurar o arquivo público municipal, colocando-o à disposição do público, para consulta, documentos, textos, publicações e todo tipo de material relativo

à história do Município."

A Lei Orgânica ,na sub seção II, trata também do Plano Diretor. O Artigo 155 diz que: " O Plano Diretor definirá áreas especiais para:

II-Urbanização restrita e de regularização."

O Parágrafo Terceiro explicita que : " Áreas de urbanização restrita são aquelas de preservação histórico-cultural e ambiental, em que a ocupação deve ser controlada para manter o acervo arquitetônico, arqueológico, paleontológico, e todas as espécies de serviços urbanos constantes."

Finalmente o Artigo 178 estabelece que o Plano Diretor será aprovado no prazo de doze meses a contar da data da promulgação da Lei Orgânica.

O PATRIMÔNIO BARROCO DE MARIANA

Bandeirantes paulistas que vieram por Itaverava chegaram em 16 de julho de 1696 às margens de um ribeirão que recebeu o nome de Ribeirão do Carmo, em homenagem à Virgem, celebrada nesse dia. Entre outros, estavam o sertanista Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e Miguel Garcia da Cunha (IBGE,1959). Nesse ribeirão descobriram ouro e, aí, iniciaram a mineração que deram origem às diversas povoações que rapidamente receberam imigrantes de outras regiões.

Em seus primeiros anos, a região foi assolada por duas grandes fomes, em 1697-1698 e 1701-1702, afastando a crescente população de mineradores, que entretanto retornaram logo em seguida. A Vila de Albuquerque, criada em 1711, passou a se

chamar Vila do Carmo em abril de 1712. Foi sede, até 1720, da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, sendo Pedro de Almeida e Portugal, o Conde de Assumar, o último governador.

Em 1720, com o desdobramento das províncias de São Paulo e Minas, a sede de Minas fica em Vila Rica (Ouro Preto). Em carta-régia de 23 de abril de 1745, Vila do Carmo foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Mariana, em homenagem a Maria Ana D'Austria, esposa de D. João V. É a primeira cidade de Minas, e a única, durante todo o período colonial. Também é a primeira a ter um traçado urbano planejado. O arquiteto português José Fernandes Pinto Apoim, recebeu essa determinação de D. João V, em 1745, e procurou planejá-la de forma a evitar as constantes inundações do Ribeirão do Carmo.

A então Vila do Carmo foi elevada à cidade para ser sede do bispado. D.Manuel da Cruz, seu primeiro bispo foi transferido do Maranhão. Sua viagem de São Luis à Mariana durou quase dois anos e é memorável (MOURÃO, 1986). Em 1748, ele chega a Mariana, sendo recebido com festas semelhantes em pompa e riqueza ao Triunfo Eucarístico (1733), de Ouro Preto. Sua acolhida triunfal foi registrada na publicação Áureo Trono Episcopal, texto de autor anônimo (MINAS COLONIAL, s/d.).

A primeira grande iniciativa do bispo foi a fundação do Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte, iniciada em 1750 e concluída na gestão de frei Domingos de Pontevel, entre 1780 e 1792.

Este seminário foi a primeira casa de instrução de Minas, formando não somente o clero. Dois desses primeiros alunos foram Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o poeta de "Glaura" e o jurista

Este seminário foi a primeira casa de instrução de Minas, formando não somente o clero. Dois desses primeiros alunos foram Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o poeta de "Glaura" e o jurista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Mariana foi elevada a Monumento Nacional em 1945, e a Constituição do Estado instituiu como o Dia de Minas, o dia 16 de julho, dia do seu aniversário de fundação.

Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional. (MEC\SPHAN\PRÓ-MEMÓRIA, 1982)

Neste capítulo procuraremos relacionar os bens tombados dentro da área urbana de Mariana, completando com uma breve descrição desses monumentos. Com isto destacaremos sua importância histórica e artística.

I-Cidade⁴

1-Acervo arquitetônico e paisagístico da Cidade, erigida em Monumento Nacional pelo decreto-lei Nº .7.713, de 6 de julho de 1945
Processo Nº. 69-T, Inscrição Nº. 62, Livro das

⁴-Para este estudo vamos analisar apenas os monumentos tombados na sede do município. Mariana conta com distritos, como o de Santa Rita Durão, que possui um rico acervo barroco.

Belas Artes, fls.12.Data: 14.V.1938.

A cidade foi tombada em 1938 e foi decretada Monumento Nacional em 1945. Seu crescimento populacional, com alta concentração na área urbana, aliado ao descaso ou desinformação de seus dirigentes, levou à uma degradação desse acervo arquitetônico e urbanístico.

2-Capela de Nossa Senhora dos Anjos,da Arquiconfraria de São Francisco

Processo Nº. 75-T, Inscrição Nº. 264, Livro das Belas Artes, fls 45. data: 8.IX.1939.

Em suas origens, tinha também a denominação de Confraria do Cordão e data de 1760 sua construção. Sua igreja é bem modesta. Está passando por uma restauração feita pela própria comunidade. Essas obras têm contado com o apoio do IBPC, no aspecto técnico e com algum material. Também uma empresa mineradora tem ajudado com fornecimento de material.

Na nave existem dois altares, na altura do arco cruzeiro. Os altares, com uma bela talha em cedro escuro, estão sem as imagens.

3-Capela de Sant'Ana

Processo Nº. 75-T,Inscrição No. 262, Livro das Belas Artes, fls.45.Data: 8.IX.1939.

Localizada na Rua D. Silvério. O cemitério da Irmandade está, hoje, ao lado da Igreja. Sua sinaleira está numa torre quadrangular central. Seu frontispício é chanfrado, tendo janelas nos planos laterais. Esta Capela não tem data comprovada de construção. Segundo o Cônego Trindade (1945), ela já devia existir no ano de 1720. Ele levanta a questão de ter sido o padre Matias Afonso o fundador de Santana, já que deixou seus bens, em testamento de 7 de julho de 1744, para o hospital anexo à capela. A fachada de pedra é da reforma de 1799, cujo arrematante foi João de Caldas Bacelar, possível discípulo de José Pereira Arouca.

4-Igreja Catedral de Nossa Senhora de Assunção
Processo Nº.75-T,Inscrição Nº.263, Livro das
Belas Artes fls.45.Data: 8,IX.1939.

A Sé de Mariana substituiu a matriz da Conceição da Vila do Carmo. Sua construção foi iniciada em 1713. Em 1745, deve ter passado por obras para se ajustar à condição de catedral, com concertos e acréscimos, que devem ter ido até 1752 (MOURÃO, 1986). O frontispício é simples, pesado, com predominâncias de linhas horizontais.

O seu interior é rico. Seu altar mor de talha dourada em

madeira, apresenta um estilo de difícil classificação, pois não se identifica com o tipo de retábulo da época da construção. Nela trabalharam: Manuel Francisco Lisboa (pai do Aleijadinho), José Pereira Arouca e Manuel da Costa Ataíde. A este pintor, é atribuída uma pintura representando o batismo de Cristo, e que se encontra no batistério. Ataíde nasceu em Mariana em 1762 e foi batizado na Sé de Mariana.

Em 1748, a igreja recebeu o seu órgão, fabricado em 1701 na Alemanha e estava até então em Portugal. Doador por D. João V, esse órgão foi assentado em fins de março de 1751, por Manoel Francisco Lisboa (TRINDADE, 1945). Recentemente restaurado o órgão tem hoje repercussão internacional.

Registra-se, também, que em 1907 houve a troca do relógio da fachada. Os altares laterais, junto ao arco cruzeiro, são encimados por dossel, uma armação que se sobressai na parte superior do altar e é característica da segunda fase do barroco em Minas. Este estilo está em desacordo com a antigüidade da igreja, mostrando a ocorrência de obras constantes. Na capela-mor, ressalta-se a pintura dos barretes da abóboda, onde estão representados cônegos. É de Manuel Rebelo de Sousa a decoração da tarjeta da nave, hoje desaparecida e a pintura da barra da capela-mor, com os Cônegos. " O desenho é tímido e bisonho, e somente o colorido revela certa audácia máscula no artista, pelos contrastes violentos de branco e preto espaçados simetricamente, em tiras verticais, à volta dos barretes" (ANDRADE, 1993, p.70). Pode-se atribuir também a ele a *chinoiserie* (1760) da pintura do cadeiral da capela-mor, onde deu mostras de liberdade e fantasia (ANDRADE, 1993).

É possível supor que a grande tela existente no centro do retábulo do altar-mor da Sé de Mariana, pelos seus traços eruditos, tenha vindo da Europa. As informações disponíveis dizem ter sido ela trazida do Rio de Janeiro pelo Padre Manuel Brás Cordeiro, segundo um documento de 1713. É sem dúvida, uma das mais antigas pinturas existentes em Minas Gerais. Embora trazida do Rio de Janeiro, não encontramos lá, nessa época, nenhum pintor capaz de dominar essa técnica (ANDRADE,1993).

O catavento, ou pára-vento da entrada, com colunas e volutas, é obra de Manuel Francisco de Araújo, mas com a participação do Aleijadinho. Germain Bazin diz ser um trabalho do ateliê do Aleijadinho. O perfil de Cristo tem traços dele como os contornos "góticos" da cabeleira, o arqueamento das sombrancelhas, os olhos bem marcados com íris desigual em espessura, a forma do nariz (BAZIN, 1963).

Na capela-mor há um belo lampadário de prata. Na nave, o púlpito com bela ornamentação em talha, possui um dossel na parte superior. O teto da nave também tem uma pintura central, representando a Virgem da Assunção, que é encimada pelas bandeiras e armas imperiais. Por fim, também na nave, há arcadas onde se embutem os altares laterais.

5-Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Processo Nº 71-T, Inscrição Nº 201, Livro das Belas Artes, fls.35. Data: 5. VIII. 1938

Em 1749 já existia a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos. A Igreja de construção simples,

foi benta a 28 de janeiro de 1769. No século XIX foram realizadas reformas. A Arquiconfraria de São Francisco, construída na mesma época, tem afinidades com o estilo da Capela das Mercês.

6-Igreja de Nossa Senhora do Carmo Processo Nº 75

T, Inscrição Nº.266, Livro das Belas Artes, fls.

46. Data: 8. IX. 1939

O começo da obra, por iniciativa da Ordem Terceira do Carmo, data de 1784 e foi motivada pela necessidade de substituição de uma antiga capela do Menino Deus, de 1759. O autor da planta foi José Pereira Arouca ou, segundo o cônego Trindade, teria sido Manuel Dias o autor do risco de toda a obra ou, pelo menos do retábulo do altar-mor. Manuel Dias trabalhou em Barra Longa e no Rio de Janeiro. A construção esteve a cargo de Domingos Moreira de Oliveira, depois de Francisco Xavier Carneiro. O mestre-pedreiro José Antônio Soares de Brito também trabalhou nela, como também o mestre-carpinteiro Romão de Abreu.

As obras se estenderam por mais de 40 anos. A igreja possui um exterior considerado dos mais belos de Mariana, e corresponde à terceira fase do barroco mineiro. Dois anjos de pedra no frontispício são de Sebastião Gonçalves Soares e a talha da portada, de José Meirelles Pinto. Atribuída por alguns ao Aleijadinho, a Portada do Carmo tem sua autoria contestada por Bazin, que diz que sua disposição simétrica não é do estilo do Aleijadinho. Os anjos enquadrando o brasão do Carmo imitam seu estilo, embora com uma anatomia quase caricatural. "O retábulo do altar-mor é simples, arrumado, sóbrio. No centro dois consolos

emoldurando o trono. Externamente duas colunas de fuste, parte retilínea, parte em torso. As colunas e consolos terminam superiormente na complexa arquitrave que ocupa a parte superior de todo o fundo do retábulo, sustentando duas partes de um arco interrompido e dois ornatos barrocos. Arco cruzeiro simples, sustentado por pilastras com capitéis de ordem compósita e que terminam na arquitrave que sustenta o arco" (Mourão, 1986,p.96). A pintura do teto da nave Nossa Senhora do Carmo, com o Menino Jesus entregando o escapulário a São Simão Stock, é atribuída a Francisco Xavier Carneiro, que é outro pintor rococó e adota um modelo mais simples onde a perspectiva arquitetônica parte de um muro-parapeito que circunda o teto e deixa o espaço do centro para um medalhão. Este pintor nasceu em Mariana, filho de uma escrava, e tinha cerca de três anos a menos que Ataíde. Pode ser atribuído a ele, também, o forro da nave da Igreja do Carmo, em Mariana (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 1992\93, p.171-180).

A pintura do teto da capela-mor representa Nossa Senhora entre anjos.

Suas torres são redondas, com um frontão barroco com volutas, ornatos e um óculo. Tudo é encimado por uma cruz. "Os cunhais de pedra terminam superiormente em ampla cimalha que, na frente se arqueia no ponto do óculo. Nos lados da porta principal, duas sacadas providas de cimalhinha e guarda corpos com grades em losângulo" (Mourão, 1986, p. 96). A igreja está fechada há sete anos. Já está com projeto aprovado e conta com recursos da Vale do Rio Doce para sua restauração.

7-Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Processo Nº. 75,Inscrição Nº. 265,Livro das Belas
Artes, fls. 46.Data: 8.XI.1939

Segundo o Cônego Trindade, a pedra fundamental desta Igreja foi lançadaa 14 de maio de 1752, sendo ela fruto do trabalho das Irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Foi o próprio D. Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana quem oficiou esse ato, que se revestiu de toda a pompa e circunstância. A pedra veio em procissão, e, após a sua colocação, foi realizada uma missa solene com a participação de toda a população.

Para o Cônego Trindade, o construtor e autor das plantas, foi José Pereira dos Santos. A nova capela foi benta a 21 de dezembro de 1758. O encarregado das obras de madeira foi Sebastião Martins da Costa, que as concluiu em 25 de março de 1764. Francisco Vieira Servas, por sua vez, contratou a talha do altar-mor (1770). A Irmandade, sem recursos, teve que vender parte de seu acervo de prata para o douramento do altar-mor. Manoel da Costa Ataíde iniciou esse trabalho em 14 de janeiro de 1824, pintando também o Tabernáculo e o Camarim (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 1992\93). Manoel da Costa Ataíde representa uma segunda fase da pintura rococó, e mostra-se bem ativo nas três primeiras décadas do século XIX. Sem dúvida, com muitos discípulos e seguidores, ele deixou obra considerável, destacando-se entre outras a Capela-mor da Igreja do Rosário de Mariana.

**8-Igreja de São Francisco de Assis Processo Nº
72-T, Inscrição Nº. 163, Livro das Belas Artes,
fls. 29. Data: 8.VII.1938**

Sua construção data de 1762, e foi conduzida pelo arquiteto José Pereira dos Santos. A capela-mor, a sacristia e a casa do noviciado foram concluídas em 1777.

Em 1793, construíram-se um de novo frontispício e as torres. Entre os anos de 1816 e 1817, foi feita a pintura do teto e a sacristia. As obras demoraram a ser concluídas por falta de recursos da Ordem, que necessitava das esmolas e das contribuições dos irmãos. Por levar tanto tempo a ser construída, muitos profissionais nela trabalharam. O cônego Trindade enumera os seguintes:

Pedreiros: Matias Antônio, Joaquim Gonçalves d'Ascás, Francisco Alves Quintas, João Miguel Ferreira, Manoel da Silva e Joaquim José de Sousa.

Carpinteiros, sembradores, entalhadores: Manuel José Alves, João de Caldas Bacelar (fez em 1762 o altar que está na sala do consistório), Manuel Duarte de Oliveira, Romão de Abreu, Francisco Machado da Luz, Manuel da Silva Benevente, Valentim Gomes de Abreu e Manuel Dias (que trabalhou no retábulo), entre outros.

Pintores: João Carvalho Silva, Salvador Gomes de Oliveira, Antônio Martins de Araujo, João Nepomuceno Correia e Castro, que encarnou imagens e Francisco Marques (que pintou o trono de Santana).

Manuel da Costa Ataíde fez a pintura do pano da porta, encarnou suas imagens da Paixão e o douramento do retábulo do altar-mor e do altar de Santa Isabel, (1794-1795), além de duas telas no teto da sacristia. Inclusive, ele está sepultado nessa igreja, no túmulo Nº 94, assim como José Pereira Arouca. O pintor João Nepumuceno Correia e Castro também está enterrado nesta igreja, ele que foi o pintor da igreja de São Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

O altar-mor é sem dossel, um dos primeiros exemplos da terceira fase do barroco. O retábulo é provido de duas colunas centrais, com fuste em caneluras, torsas na parte inferior. Ao lado, dois consolos ornamentados. O retábulo possui duas pilastras de cada lado, que terminam em arquitrave onde apóiam os arcos do teto da capela-mor. O trono é alto, com uma imagem de Cristo na parte superior. Nos degraus abaixo do Cristo, pode-se ver São Francisco de Assis recebendo as chagas (MOURÃO, 1986, p.89). Dois altares colaterais, junto ao arco cruzeiro, são em dossel estilizado. São os mais ornamentados, com consolos em voluta, substituindo as colunas. Mourão classifica esta igreja como exemplo da última fase do barroco mineiro, onde o dossel foi substituído por um arco simples, "mais claro e mais arrumado" (MOURÃO, 1986). O altar do canto esquerdo é de Santa Isabel e o do direito, São Luís de França. Os altares de Santa Rosa e São Roque são mais simples, quase sem talha, mas com pinturas nos retábulos.

O barrado da pintura do teto da nave, com balcões onde estão quatro papas, um em cada canto, é mais requintado do que o medalhão central.

Neste estão representados a arca de Noé e o dilúvio, dentro de uma moldura rococó com flores e concheado. Púlpitos de graciosa talha de pedra-sabão, são atribuídos ao Aleijadinho. Bazin, na obra citada, classifica como obra de escola ou contemporânea do Aleijadinho, datando esse trabalho de 1794. Para ele, o desenho é elegante e, provavelmente, de autoria do mesmo escultor do portal, que também deve ser o executor (BAZIN,1963). O estilo segue ao que era então praticado em Lisboa: rococó com influência neo-clássica. O cálice dos púlpitos repousa sobre uma cabeça de querubim, imitando o Aleijadinho da capela de São Francisco de Ouro Preto. Nada, nessa igreja, lembra o estilo do Aleijadinho, apesar de Rodrigo José Bretas afirmar que o artista nela trabalhou.

Também para Bazin, a portada de São Francisco tem um estilo diferente do Aleijadinho, como o concheado muito recortado. Embora bonita não se concilia com os umbrais despojados.

O Cônego Trindade, em sua obra já citada, registra doações realizadas em 1760, das seguintes imagens: São Roque, São Domingos, Nosso Senhor Ressuscitado, Santa Isabel Rainha de Portugal, São Francisco, Santa Bona e São Lúcio, os bem casados, e um grupo formado pelo Papa Inocência III, dois cardeais e São Francisco recebendo as regras da Ordem. Este grupo está na sacristia do lado direito. Nesta sacristia, está o teto com duas pinturas de São Francisco de autoria do Ataíde.

**9-Casa Capitular, atual Museu Arquidiocesano,
incluindo a escultura da Fonte da Samaritana
Processo Nº 410 T, Inscrição Nº 336, Livro das
Belas Artes, fls. 70. Data: 6. XII. 1949**

Para Germain Bazin, a casa capitular de Mariana é um dos mais elegantes edifícios rococó do Brasil. A solicitação ao Rei, para sua construção, data de 1765. A licença foi concedida em 1769, mas sem contar com recursos do erário real. Em 1770 a obra foi arrematada por José Pereira Arouca. O autor do risco é desconhecido. As portas e janelas do prédio possuem molduras em pedra de solene beleza. A Fonte da Samaritana, que hoje se encontra à entrada do museu, representa Cristo conversando junto ao poço com a Samaritana. Sua feitura se deu entre 1792 e 1801. O estilo do Aleijadinho está evidenciado no baixo relevo enquadrado numa moldura concheda, acima do jato da fonte. Esta peça apresenta hoje, muitos defeitos (BAZIN, 1963).

D. Helvécio Gomes de Oliveira, segundo arcebispo de Mariana, tinha consciencia da necessidade de proteger o acervo artístico que estava sendo desbaratado nas igrejas. Com essa finalidade criou em 29 de agosto de 1926 o Museu Arquidiocesano, reunindo obras de grande valor artístico e histórico. Nessa coleção, se destacavam o Crucifixo de marfim que havia pertencido à Capela de São João, em Ouro Preto; uma das primeiras imagens de Nossa Senhora da Conceição, da primitiva Matriz de Ribeirão do Carmo; e uma imagem de Santo Antônio, trazida por D. Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana; além de porcelanas de Goa, trazidas

pelo quinto bispo.

Na Catedral de Mariana, no século XVIII, foi instituída a devoção ao Coração de Jesus, pelo vigário-geral com o assentimento do bispo D. Manuel da Cruz. Era venerado numa imagem de coração, com uma cruz de onde saíam raios de diferentes tamanhos. Esta imagem foi, depois retirada por causa de uma disputa do arcediogo Geraldo José com o bispo. Nova imagem, representando uma custódia com os corações de Jesus, Maria e José, foi providenciada. Atualmente estas duas imagens fazem parte do acervo do museu (FALCÃO, 1946).

10-Casa da Rua Direita, conhecida como Casa do Barão do Pontual. Processo Nº. 500-T, Inscrição Nº 344, Livro histórico, fls. 56. Data: 6. VII. 1962

Construção datada de fins do séc. XVIII ou início do séc. XIX. É uma casa de valor histórico, por ter sido propriedade de Manoel Inácio de Melo e Souza. Ele foi deputado-geral em 1826, presidente da Província, em 1831; Senador, em 1836; e foi elevado a Barão em 1841. A casa foi construída em alvenaria de pedra e cantaria. Seu detalhe de mais destaque são as quatro portas-janelas da parte superior que possuem balcões em pedra-sabão. A pedra-sabão é esculpida e vazada em grandes blocos, com desenhos que lembram, por sua leveza, uma renda (ALVES DE SOUZA, 1984).

**11-Casa da Câmara e Cadeia, na Praça João Pinheiro
Processo Nº 414-T, Inscrição Nº 345, Livro das
Belas Artes, fls.71. Data:19.XII.1949**

Atual Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores.
Situada na mais bela praça de Mariana, tem a Igreja de São
Francisco a sua frente e a Igreja do Carmo a sua direita.
Construída por José Pereira Arouca é um dos mais belos edifícios
públicos da arquitetura colonial.

**12-Casa do Seminário Menor e Capela de Nossa
Senhora da Boa Morte Processo Nº. 410-T,
Inscrição Nº 337 Livro das Belas Artes, fls. 70.
Data: 6.XII.1949.**

Foi fundada por D. Manuel da Cruz, em 20 de dezembro
de 1750. Teve grande papel na educação de diferentes gerações de
eclesiásticos e intelectuais mineiros. Teve algumas
descontinuidades- como em 1842, durante a Revolução Liberal⁵,
quando foi transformada em quartel, mas, em 1844, voltou a ser
seminário. Seu período de maior prestígio foi durante a direção
do Padre João Batista Cornaghotto, de 1855 a 1902, considerado o

⁵-A revolta liberal dos mineiros, teve início em Barbacena,
liderada por Teófilo Otôni, que foi derrotado por Caxias em Santa
Luzia.

maior educador de Minas Gerais.

13-Passo da Ladeira do Rosário. Processo Nº 410-T, Inscrição Nº. 339, Livro das Belas Artes, fls. 70. Data: 6.XII.1949

Os Passos marcam as Estações do Caminho do Calvário, que são seguidos nas procissões da Semana Santa. Nesses Passos, em número de 14, a procissão pára e os fiéis rezam. Seu uso vem da Idade Média. Em Minas, geralmente eram construídos e mantidos pelas Irmandades do Senhor dos Passos.

O Passo da Ladeira do Rosário, do séc. XVIII, é uma pequena capela embutida numa casa residencial de taipa. É fechado por uma porta almofadada, a qual se alcança por uma escada de cinco degraus (ALVES DE SOUZA, 1984) .

14-Passo da Ponte da Areia. Processo Nº 410-T, Inscrição Nº 389, Livro das Belas Artes, fls. 76. Data: 6.XII.1949

O Passo da Areia é uma construção isolada, uma espécie de oratório. Tem porta em madeira almofadada e possui três degraus de pedra. Data do séc. XVIII (ALVES DE SOUZA, 1984).

São Pedro dos Clerigos

Esta igreja não está na relação dos bens tombados,

porém é importante incluí-la nesta análise, pelo seu valor artístico e histórico.

A Irmandade de São Pedro, para os padres de Mariana, foi constituída em janeiro de 1731. O próprio D. Manuel da Cruz estimulou esta Irmandade. José Pereira dos Santos arrematou a construção desta Igreja. É dele, também a Igreja do Rosário de Ouro Preto. O traçado curvilíneo das fachadas de ambas pode ter se inspirado na Igreja de São Pedro dos Clérigos, do Rio de Janeiro(já desaparecida). A obra seguiu lenta e foi abandonada em 1820.As torres da fachada foram construídas entre 1920 e 1922, num estilo pesado,pelo Padre Artur Hoyer,que era arquiteto (BAZIN, 1956).

A arquitetura interior também é semelhante à Igreja do Rosário de Ouro Preto.A nave tem uma forma oval e seu teto está sem forro. Não existem os altares da nave. Os púlpitos,com base em pedra, estão juntos ao arco cruzeiro. Na nave, encontramos dois grandes painéis pintados em estilo rococó, muito semelhantes ao estilo de Ataíde.O arco cruzeiro é semelhante ao do Rosário, inclusive com a inclinação acentuada que se vê quando se está bem debaixo dele.

O altar-mor é em cedro escuro com riquíssima talha, com colunas, consolos e dossel.Bela a imagem de São Pedro.Vemos por cima do sacrário um galo em madeira.Nas laterais, imagens de São Domingos Gusmão e S.José.Na capela-mor duas sacadas em madeira, com um arco superior em estilo gótico.No teto da capela-mor há um medalhão em madeira entalhada.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Ouro Preto e Mariana foram analisadas dentro das categorias propostas pelo referencial teórico. O referencial teórico é uma construção artificial, para ajudar a entender as variáveis estudadas. Entretanto a realidade é muito mais rica e complexa. Por essa razão, muitas vezes, vamos encontrar nas respostas selecionadas um aparente desacordo com a categoria dentro da qual está classificada. Qualquer tentativa de ajuste muito rígido poderia fazer perder a riqueza da resposta.

1-CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Elitistas ou Democráticas

Há uma consciência da necessidade da preservação do nosso patrimônio histórico e cultural.

"É necessária essa memória para a formação do espírito de uma nação ,para criar a identidade de um povo.

Cultuar as raízes, o passado,por modesto que seja, é fundamental para a criação dessa identidade." Arquiteto

Mas esta consciência foi se formando pouco a pouco. Há relatos que mostram atitudes contrárias à preservação, tanto no passado quanto ainda nos tempos atuais.

"Em 1955, quando meu pai chegou a Ouro Preto, foi informado por um seu amigo, que o prefeito de Mariana estava dando isenção de imposto predial a quem derrubasse uma casa velha e construísse uma nova." Artista plástico

Mas preservar o quê, e como foi implantada a política de preservação no Brasil?

" A maneira de atuação do SPHAN se apoiava nas grandes cabeças, como Mário de Andrade e outros, mas só eles decidiam. Não surgiu da comunidade. Eles decidiram: "Nós somos especialistas. Não mexam nas casas. Quando precisar arrumar nós vamos arrumar".

Isto originou cidadãos de segunda classe. Sem responsabilidade nenhuma. A curto prazo, esta questão não pode ser revertida. É uma questão de vivência, de educação, não somente nas escolas mas na própria família através das gerações." Historiadora

Ao levantar as análises sobre a política de preservação do patrimônio histórico e cultural, logo nos deparamos com a classificação de elitista. Elitista teria sido a orientação do SPHAN, criado durante o período ditatorial de Getúlio Vargas. Sua preocupação em preservar fundamentalmente os monumentos arquitetônicos, ou de pedra e cal, privilegiaria a raça branca, a religião católica e os detentores do poder. Isto teria sido fruto de uma orientação fechada em si mesma, como toda ação ditatorial.

"O IBPC foi criado num regime autoritário. E essa característica de cima para baixo o IBPC ainda não perdeu até hoje. São loucuras cometidas em nome da preservação que acredito ainda serem resquícios dos regimes autoritários de Vargas e de 1964. Esses dois momentos deram ao IBPC uma autoridade, e em função dessa autoridade eles cometeram atos absurdos não só em Mariana, mas também em outros lugares. Isto gerou na população um clima de embate. Por um lado, o Instituto de Preservação - por ter sido criado num regime autoritário - vende uma imagem paternalista. Então o proprietário da casa não troca uma telha dizendo :Esta é função do patrimônio." Professor universitário

Mas esta visão sobre os primeiros momentos do SPHAN, hoje IBPC, tem interpretação diversa:

" Para mim, era claro que o IBPC necessitava alterar a metodologia de trabalho. O Patrimônio, apesar de ter sido criado através de um processo democrático, pois a lei que o criou passou pela Câmara dos Deputados, e pelo Senado. Porém, por azar, quando estava na hora de ser assinada veio o Estado Novo e, então, foi criado por decreto-lei. Entretanto o Dr. Rodrigo fez questão de conservar as emendas que o caracterizavam como fruto de uma discussão democrática. Mas a aplicação da lei se fez quase sempre dentro de regimes autoritário. Como ter diálogo com a população em regimes ditatoriais? É inviável. Isto trouxe prejuízos para a população e para os técnicos que tem sua avaliação empobrecida pela falta de diálogo." Arquiteto

Mas, que bens culturais devem ser preservados?

"É muito importante a preservação do patrimônio de pedra e cal. Os monumentos arquitetônicos é que estão mais ameaçados. Sentimos, a partir do final do século passado, um princípio de preocupação em preservar, quando começa esse movimento na Europa. Era uma tentativa de salvar as coisas, pois começava-se a sentir que, sem uma ação efetiva do homem, o passado desapareceria. É muito difícil sentir um espaço se a gente não entra nele. É um módulo de sensoriar um espaço. Preservar somente fotografias, plantas, não transmite essa força. Não dá as dimensões do espaço. A vida fica impregnada nesse espaço" Arquiteto

Também podemos dizer que os monumentos preservados em Minas eram a memória da cultura barroca mineira, que foi eminentemente nacional e suas obras-primas foram realizadas por mulatos, como Aleijadinho, ou apresenta traços mestiços, como as figuras pintadas por Ataíde, para citar apenas um escultor e um pintor. Se analisarmos a música barroca, teremos uma multiplicidade de

músicos geniais e mulatos.

Mas, passados os tempos heróicos, como são chamados os primeiros trinta anos do SPHAN, em 1979, vem Aloísio Magalhães, que trazia idéias novas, uma definição mais ampla de patrimônio cultural. Esta visão poderia ser classificada como o marco da corrente democrática da política de preservação. Para situar seu pensamento inicial, podemos citar um trecho de sua entrevista ao Jornal do Brasil, em maio de 1979 : " O que acontece é o seguinte: a aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja, o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da comunidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo e, de certo modo, com uma concepção principalmente elitista" (MAGALHÃES, 1985,p.217).

Mas parece que o enfrentamento dos problemas diários, como executivo de um programa de preservação, levaram-no a procurar um ponto intermediário.

"O desaparecimento muito prematuro de Aloísio Magalhães, não permitiu que ficasse totalmente clara sua proposta. Tenho a impressão de que, quando ele foi para o Patrimônio, sua idéia era de uma reformulação total. De que a política anterior estaria ultrapassada. Que se deveria sair para uma coisa completamente nova, que chegava ao fim da era dos tombamentos. Que e isto era uma coisa autoritária, que deveria ser mais participativa. Ele, porém, mudou muito quando passou a ser o responsável pelo órgão. Algumas pessoas próximas a ele disseram do seu interesse maior pelo SPHAN/Pró-Memória, manifestando mesmo o desejo de se afastar da Secretaria da Cultura. Ou seja, foi uma revisão de seus conceitos iniciais." Arquiteto

Porém, em termos de instituição ,o IBPC ainda não resolveu internamente uma dualidade de perspectiva que ao invés de enriquece-lo, tem provocado uma cisão interna.

"Hoje, o IBPC é uma interrogação. É uma instituição que ainda não deixa claro seus objetivos. Não é o SPHAN, porque

o critica, também não é nem mesmo o Pró-Memória. As pessoas do antigo CNRC também têm posições muito extremadas e nem sempre muito precisas. A prioridade é não deixar que os monumentos caiam. Isto, porém, deve ser bem feito. O que eu classifico de bem feito é fazer prospeção arqueológica, é criar escolas para formar artífices, de partilhar com a população para dizer o porquê da preservação artística." Arquitecto.

Esta dualidade é fruto de um processo de mudança institucional não bem sucedido.

"Há uma luta interna entre Brasília e Rio. A sede de nossa Instituição está em Brasília. Mas de fato está no Rio. Esta crise surgiu na década de 70, quando Aloísio Magalhães tentou juntar a tradição do SPHAN, mais ligada aos bens materiais, com o Centro Nacional de Referência Cultural, criado pelo próprio Aloísio e que tratava do patrimônio não-material. Essa tentativa de casamento nunca deu muito certo. O CNRC era uma instituição muito ligada a uma forma de trabalho, muito universitária, muito acadêmica, voltada mais para a pesquisa, e que era diferente da forma de atuação do SPHAN, que era muito objetiva, mais operacional. Na verdade, nunca houve uma integração. Houve uma integração do quadro de pessoal, mas não dos objetivos, da filosofia, da forma de atuar." Arquitecto

Parece, entretanto, que os efeitos desta divisão de perspectivas não afeta a rotina de trabalho no campo. Isto pode ser resultado de uma rotina de trabalho que absorve grande parte do tempo dos técnicos do IBPC na análise dos processos a que são obrigados a dar parecer.

"A dualidade entre Brasília e Rio não interfere em nosso dia-a-dia da Regional. Uma boa estrutura organizacional resolveria essa dualidade." Arquitecta coordenadora

O conflito interno, no IBPC, motivou até a mudança do nome da instituição para a sua denominação atual - que, segundo um entrevistado, teria como objetivo "passar uma esponja no passado" e trouxe resultados negativos.

"Outra coisa grave foi a mudança do nome da Instituição. A proposta dessa mudança partiu de um grupo da própria Instituição. Essa proposta se baseava em uma visão distorcida do papel da Instituição. A mudança foi um desastre. Em muitos lugares foi comemorada como se tivessem acabado a Instituição e a própria idéia de preservação do patrimônio. Em cidades pequenas, houve reações péssimas, de euforia com o término da preservação." Arquiteto

A Instituição ainda sofre as consequências das medidas adotadas pelo Governo Collor.

"O Governo Collor teve, na prática, um efeito muito ruim. Ele desmontou a instituição pública, degradando o funcionário público, colocando-o em disponibilidade. Essa política só serviu para desestimular o serviço público. Com relação ao IBPC, foi um desastre. Veio um ministro totalmente despreparado, que nomeou uma presidente no IBPC que priorizou a mudança das direções regionais, com uma orientação de dar a direção a pessoas fora dos quadros e despreparadas." Arquiteto

Externamente, também a sua linha de atuação ainda não ficou bem estabelecida.

"Com a abertura, buscou-se o diálogo, com sucessos e insucessos. No período de Aloísio, procurou fazer reuniões com a população. Realizaram-se seminários, sobretudo usando as técnicas do CNRC, que procuravam esse diálogo maior. Porém esse processo começou a despertar expectativas além da capacidade do órgão e não tínhamos a possibilidade de lidar com isto." Arquiteto

O IBPC, ao longo de seus anos de existência, não está porém fechado dentro de uma orientação ortodoxa de atuação. Busca encontrar caminhos que permitam alcançar, com êxito, seus objetivos.

"Acho que o Patrimônio já se abriu. Já não trabalha sozinho. Procura outras instituições, como Universidades e associações. A cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, é um exemplo. Mas o problema inicial foi com a própria prefeitura, que demoliu um casarão, que iria ser tombado, para abrir uma rua." Arquiteto

Importante, também, para a reformulação das ênfases e dos processos de preservação do patrimônio foi a Constituição Federal de 1988.

"Hoje, devemos rever os conceitos e os processos à luz da Constituição, porque o conceito de patrimônio mudou e foi no sentido em que gostaríamos de que mudasse. A autocrítica que passamos a aceitar propôs uma ampliação da preservação dos documentos, dos bens móveis. Não teríamos os problemas que temos hoje se tivéssemos uma visão mais participativa, ou mesmo uma linguagem que ampliasse nossa comunicação. O Patrimônio tinha a imagem do governo. Uma imagem paternalista, que dispensa a consciência dos deveres dos cidadãos. É bom que haja uma maior participação dos estados e municípios, pois a tarefa é grande.

O trabalho que o Patrimônio deveria desenvolver é o de restaurar os monumentos e fazer com que a população os assumisse." Arquiteto

A presente política cultural, que orienta as ações atuais do IBPC, pode ser resultado da filosofia passada pela Constituição de 1988.

"A política cultural atual é uma continuação da política do ministro anterior. Podemos dizer que é incentivar a

participação através da parceria na atividade cultural. O instrumento legal é a chamada lei Rouanet. Um outro elemento da Política Cultural tem sido um respeito muito grande pela área da preservação" Arquiteto

Como resultado dessa política, alguma coisa pode ser feita, mesmo na atual situação de penúria financeira da Instituição.

"No ano passado todas as obras de recuperação do patrimônio que se fizeram no Brasil, foram feitas através da Lei Rouanet.Os recursos do Tesouro foram pequenos ". Arquiteto

Na Coordenadoria de Minas Gerais, há esperança de se obter um mínimo de recursos este ano.Mas o recurso não é tudo.É necessário trabalhar a motivação dos funcionários.

"Quem sabe, este ano, vamos ter recurso para custeio? Nos dois últimos, não tínhamos dinheiro para nada. Isto afeta o trabalho, mas também é motivo para não se fazer nada, alegando falta de recursos. As pessoas se habituaram a essa situação e não planejam, tendo uma desculpa para o trabalho não evoluir." Arquiteta coordenadora

AUTONOMIA E VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS.

"A área cultural é muito desprestigiada, em todos os sentidos, inclusive em termos financeiros." Arquiteta

É possível discutir preservação do patrimônio cultural diante dos dramáticos apelos da nossa realidade? Hoje, as prioridades se concentram nos problemas econômicos, políticos e sociais. Entretanto, nas discussões destes problemas falta a análise dos valores que devem orientar o encaminhamento das soluções.

O debate sobre a preservação do patrimônio, não passa somente pelo desfrute estético, mas também pela necessidade de recuperar os valores referenciais da cultura nacional. Cabe, portanto uma discussão ampla, que leve nossa sociedade a tomar consciência da

importância do passado no encaminhamento das soluções futuras. E mais, também é preciso preservar os valores que contribuíram para nossa unidade cultural.

"Quem acredita na importância da preservação do nosso patrimônio deve buscar ganhar força necessária buscando um suporte político, sem o qual ficará sempre à mercê das idiossincrasias dos políticos e governantes. Esse suporte político só será possível com a participação da comunidade. Temos muitos ensinamentos a tirar do movimento verde. A consciência da preservação do patrimônio é anterior à conscientização ecológica. A legislação pertinente à preservação é precursora à legislação ambiental, e lhe deu muitas contribuições. O movimento verde tem uma presença política que falta à preservação cultural." Advogado

Este, portanto, é um dos caminhos que levam à visibilidade da política cultural, dentro do emaranhado de questões econômicas e sociais.

Conservar ou criar-pluralidade cultural.

Vimos que a política cultural brasileira nasceu com o objetivo de preservar um patrimônio de pedra e cal, principalmente barroco, que estava sendo destruído. Embora a sugestão dada por Mário de Andrade tenha sido abrangente, a lei dela originada foi mais restrita. Na sugestão de seu projeto, Mário de Andrade assim definia o patrimônio artístico nacional: "todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira" (MEC/SPHAN/PRÓ MEMÓRIA, 1980, p.90).

Aí se incluíam desde artes arqueológicas, ameríndias, populares, aplicadas, até as chamadas artes eruditas. Esse seu projeto, embora voltado para a finalidade do tombamento, abria a perspectiva de uma preocupação com o fazer. Na arte popular, estaria incluído o folclore, através da música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias,

provérbios, ditos, danças dramáticas, etc. Todas estas formas são dinâmicas, acontecem.

Hoje, vemos que tanto a Constituição Federal (já citada) quanto a do Estado de Minas Gerais adotam definições mais amplas de patrimônio cultural. Na Constituição de Minas Gerais, o artigo 208 diz: " Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I-as formas de expressão;

II-os modos de criar, fazer e viver;

III-as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV-as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico."

Esta é, sem dúvida, uma visão pluralista e dinâmica, sem deixar de incluir os monumentos.

2-AGENTES DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Órgãos específicos de preservação

Federal

No âmbito federal, é o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o órgão máximo de proteção do nosso patrimônio histórico, cultural e artístico. É o sucessor do SPHAN e da Pró-Memória - que, reunidos no Governo Collor, receberam essa denominação.

Em Mariana, cidade tombada e Monumento Nacional, é o IBPC, com seus poucos recursos humanos e materiais, o principal responsável pela preservação do seu grande acervo histórico e artístico. Na esfera global, a situação do IBPC é crítica.

"O IBPC está hoje, despovoado. Faltam técnicos. Temos muito menos funcionários hoje do que há 10 anos. O número de arquitetos da coordenadoria do Rio é a metade do que era há dez anos e com um número maior de tombamentos." Arquiteto

No Estado de Minas Gerais o IBPC enfrenta também problemas. São 182 bens tombados, e são 6 cidades integralmente tombadas, incluindo o seu entorno. Para gerir e preservar esse patrimônio, os problemas passam, segundo um entrevistado, pelos seguintes pontos:

"O IBPC está passando por uma fase difícil, agravada pela reforma administrativa. A 13ª tem agora uma técnica na sua coordenação. Antes de 1983, a regional era muito pequena. Só se ampliou, em termos de quadro de pessoal, após essa data. E também a partir daí, o cargo de coordenador passou a ser político. A rotatividade dos diretores regionais e, ainda, a reforma administrativa contribuíram para ampliar a crise. Em cinco anos tivemos sete coordenadores. Isto gerou uma descontinuidade muito grande, aliada a uma falta de estrutura organizacional adequada. A reforma administrativa também nos repassou todos os museus regionais sem que estivéssemos preparados para isso. A rotatividade na direção acontecia, igualmente também na alta administração do IBPC." Arquiteta coordenadora

Entre os problemas relacionados aos recursos humanos disponíveis, foram detectados, pela entrevistada, os seguintes

"Acho que a nossa demanda é maior do que a capacidade de produção do nosso quadro de pessoal. Faltam técnicos e melhor qualificação. Faltam treinamento e reciclagem do pessoal". Arquiteta coordenadora

Aliados aos problemas institucionais ou deles decorrentes temos:

"Outros problemas do IBPC são o desestímulo entre os

funcionários, o que causa uma baixa produtividade. Temos cerca de 103 funcionários, na 13ª Coordenadoria, aí incluídos servidores de museus, de guardas a técnicos, e nossa equipe central. O número de técnicos na Coordenadoria, é pequeno enquanto a demanda é muito grande." Arquiteta coordenadora

Existem, também, problemas técnicos que necessitam de soluções para permitir uma melhor qualidade e maior produtividade no trabalho.

"Até os processos são encaminhados de uma maneira diferente. Tenho procurado discutir com os técnicos a definição das linhas básicas de atuação, buscando uma certa unidade na avaliação dos processos, através de critérios. Não havia nenhuma linha de atuação. Era a cabeça de cada um, às quais se acrescentava a minha. Uma agravante era a de que os coordenadores, muitas vezes não eram técnicos, e aprovavam os processos a ele encaminhados." Arquiteta coordenadora

As prioridades, dentro da crise, são para os problemas mais graves.

"Na atual gestão, com um período curto até o próximo presidente, a prioridade são os núcleos, as cidades e os conjuntos urbanos tombados. Aí, se situam grandes problemas. Todos os processos de construção ou modificações nessas áreas são remetidos às Coordenadorias do IBPC. Em alguns lugares, o trabalho pode ser apoiado por uma legislação e pela própria prefeitura, como é o caso de Petrópolis. Em outros casos, a prefeitura não está sintonizada com o IBPC." Arquiteto

Este estado de carência de recursos se reflete na situação do órgão em Mariana. Na visão da Coordenação de Belo Horizonte:

"Antes da reforma administrativa, contávamos com escritórios técnicos em todas as cidades tombadas. Agora, Mariana passou a fazer parte da 13ª sub-regional de Ouro Preto. Isto no papel, porque de fato a subregional não absorveu Mariana administrativamente. Contávamos com um arquiteto em Mariana mas sem nenhuma estrutura organizacional. Impossível trabalhar assim. Por essa razão, passei novamente Mariana para a responsabilidade de Ouro Preto. Mas isto também é complicado, tanto do ponto-de-vista político, porque a população não aceita ficar a reboque de Ouro Preto, quanto do ponto-de-vista técnico, porque representa uma sobrecarga para o escritório de Ouro Preto. É um problema a ser resolvido, porém a solução anterior não era efetiva." **Arquiteta coordenadora**

Na visão da sub-regional de Ouro Preto:

"Com a saída do arquiteto que trabalhava em Mariana, passei a ter como função trabalhar Ouro Preto e Mariana. Esta é a sub-regional II, vinculada a 13ª Coordenadoria, com abrangência em Ouro Preto e Mariana. O trabalho deverá ser dividido entre os três arquitetos deste escritório. O plano é ficar em Mariana pelo menos, um dia ou uma tarde por semana, procurando um diálogo direto com a comunidade. Qualquer pessoa, em Mariana, que tenha alguma dúvida, que tenha um projeto ou que queira fazer uma consulta poderá se dirigir diretamente a este escritório, que ficará disponível à população." **Arquiteto**

Esta solução, certamente, não é a ideal. Muitos problemas surgirão com a responsabilidade dividida entre os três profissionais, e que nem mesmo residirão na cidade. A situação anterior a essa decisão era uma ligação direta com a Coordenadoria, em Belo Horizonte.

" O escritório do IBPC em Mariana tem três setores distintos e cada um trabalha muito sozinho. Temos um

arquivo, o museu e o escritório técnico Não há, porém, um chefe. Respondemos à coordenação em Belo Horizonte. Até antes do Governo Collor, este escritório era ligado ao Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, com sede no Museu da Inconfidência em Ouro Preto, que era então responsável pelos Museus de São João, Sabará, Diamantina, Caeté, Mariana e Santa Bárbara. Este escritório contava antes também com um suporte educativo dado por uma educadora. Também podíamos contratar prestadores de serviços, estagiários. Um trabalho educativo sem apoio é difícil. Além disto não dispomos de recursos para material como xerox, canetas hidrocor, etc." Museóloga

Algumas idéias interessantes ficam no papel por falta de apoio material e técnico.

"Estou planejando fazer um texto para sair no jornal Tribuna de Mariana que é mensal. Quero fazer um texto sobre o patrimônio da cidade. Bastante lúdico, com xaradas, cruzadinha, labirinto, tudo voltado para o patrimônio. Falta só o espaço no jornal. Já pensamos fazer um trabalho voltado para as professoras, junto com a Universidade e apoiado pelo IBPC de Belo Horizonte, que conta com sociólogos, historiadores, para trabalhar com pessoal de 1º e 2º graus. Mas faltaram recursos. Acho que outro problema da sede do IBPC é que ela trabalhou sempre com patrimônio imóvel, ela não tinha um trabalho com estas casas e museus. De repente, isto entrou na sua programação. Mas não havia experiência nesta área." Museóloga.

O apoio local, da prefeitura municipal é político e, portanto cíclico. A mudança das administrações, quando isto significa mudança também do partido no poder, descontinua tudo que o possa revelar realizações do prefeito anterior ou apoio a pessoas a ele ligadas.

"A sala de exposições, do escritório local do IBPC ,em

Mariana, foi criada em 1990. Ela está aberta a qualquer artista ou artesão, para exposições. Na gestão do prefeito anterior, a prefeitura cedia dois funcionários para fazer faxina, e uma recepcionista. A prefeitura ajudava, também, na parte gráfica, que é uma das maiores despesas de uma exposição. O comércio local patrocinava um coquetel. Na gestão atual, não contamos mais com o apoio da prefeitura. Ficamos de janeiro a agosto sem faxineira para a casa. Agora, o próprio IBPC paga uma faxineira que dá quatro horas diárias." Museóloga.

Mas não só deixando de apoiar pode o poder municipal interferir nas ações de preservação. O poder pode ser exercido diretamente, afastando ou indicando pessoas para órgãos da esfera estadual.

"Tive que me afastar do Museu Alfonsus Guimarães, pois minha chefe teve problemas com o prefeito de Mariana - que é, agora, novamente prefeito. Ele queria nomear seu próprio pessoal, de forma clientelista. Também não tivemos apoio do Estado. Eu saí e os outros foram mandados embora." Historiadora.

Também a administração municipal não cuidou de dotar o município de instrumentos legais que contribuam para a tarefa de preservar seu patrimônio, embora existam disposições a respeito constantes na Lei Orgânica Municipal, de 1990.

"A cidade de Mariana foi tombada em 1938. Com todo o crescimento que experimentou, a lei de tombamento não foi refeita. A prefeitura não dispõe de legislação pertinente às construções." Arquiteto

Esta legislação é repetidamente solicitada por quem se preocupa com a preservação do patrimônio de Mariana.

"Mariana é uma cidade que precisa urgentemente de um Plano Diretor. Isto está nas Constituições do País e do Estado,

está nas diretrizes municipais, mas nunca foi feito. Precisa de um Plano de Uso e Ocupação do Solo. Este seria um instrumento importante para apoiar a preservação. Outro aspecto a enfatizar é o ensino de primeiro e segundo graus, onde, nas cadeiras já existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, OSPB, deveriam ser discutidos temas voltados para a cultura, que envolve o patrimônio." Professor universitário

A falta desses instrumentos legais dificulta a ação do IBPC.

"O arquiteto do IBPC em Mariana é provisório e não tem suporte administrativo. Ele atua como uma espécie de fiscal. O ideal seria que a atuação dele fosse como a de um planejador urbano. Ele deveria atuar dentro até da prefeitura. Isto não acontece porque as prefeituras, inclusive a de Mariana são impermeáveis. Aqui não há Plano Diretor, Lei de Uso do Solo, Código de Obras, Posturas Municipais. E é somente o arquiteto do IBPC que interfere nessa área. Esse cargo recebe todas as reações contrárias, porque as pessoas se sentem lesadas pelo Patrimônio. Quando querem fazer qualquer melhoramento dependem da autorização do IBPC, resultando muitas vezes em conflito." Arquiteto

A Coordenação do IBPC em Minas está consciente deste problema e busca soluções:

"Nenhuma cidade tombada de Minas possui nem Plano Diretor nem os outros instrumentos legais para auxiliar na preservação. Estamos trabalhando as gestões atuais, e elas estão sensibilizadas para fazerem os planos diretores. Mariana está muito disponível para isto. A orientação que tenho dado é que procurem alternativas menos dispendiosas. Um plano diretor é muito caro e muitas prefeituras, como Diamantina, não têm condições financeiras de arcar com essa despesa. A solução poderia ser contratar um arquiteto e um

urbanista para começarem com o trabalho, ao invés de contratar um escritório. E daríamos apoio. Isto está acontecendo em Tiradentes e Ouro Preto.

Sem uma legislação urbana, o nosso trabalho é difícil. Torna-se necessário analisar caso a caso. Cada intervenção num núcleo histórico tem que ser aprovado pelo Coordenador." Arquiteta coordenadora

Em 1973, a UNESCO contratou um arquiteto português, Alfredo Viana de Lima, para elaborar um Plano Diretor para a cidade de Ouro Preto. Foi um plano técnico, com propostas de planejamento dentro da perspectiva do arquiteto, e elaborado por ele e um auxiliar. Algum tempo depois, a Fundação João Pinheiro, órgão de âmbito estadual, foi contratada para elaborar um plano para Ouro Preto e Mariana. Dada a ligação entre as duas cidades, a Fundação julgou importante incluir Mariana no plano.

Este plano contou com uma equipe interdisciplinar, que elaborou o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Deste trabalho, resultaram vinte e três projetos para Ouro Preto e sete para Mariana. No documento "Consolidação das Leis Urbanas" estavam leis de uso do solo, código de obras e código de posturas, tanto para Ouro Preto como para Mariana. A proposta pretendia encaminhar soluções a longo prazo, e até certo ponto radicais, como transferir para o distrito de Passagem de Mariana a área de crescimento urbano, tanto de Ouro Preto quanto de Mariana.

Esta idéia se inviabilizou, por uma lado por transferir parte do crescimento da arrecadação de Ouro Preto para Mariana. Por outro lado porque Passagem de Mariana tem grande parte de sua área aproveitável em propriedade de uma única empresa, que quis tirar todo o benefício possível desse plano. Mas, talvez o fator mais importante para o insucesso do plano e, até mesmo para sua rejeição, que só teve o apoio dos técnicos, sem participação da comunidade e de sua representação. A legislação urbana contida no plano foi rejeitada pela Câmara dos Vereadores, sem mesmo examiná-la (Queiroz, 1894).

"A UNESCO trouxe a Mariana um português, Viana de Melo, que fez um projeto imenso para a cidade. Um projeto inviável. Um projeto para 20 anos. Um Plano Diretor que envolveria órgãos federais, estaduais e municipais, propondo que a área comercial de Mariana e Ouro Preto ficasse restrita ao Distrito de Passagem de Mariana. Um projeto bom, se fosse executado." Artista plástico

Estadual

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, de Minas Gerais (IEPHA) possui 130 funcionários no quadro, aos quais se somam mais alguns cargos em comissão. A administração é centralizada em Belo Horizonte. O IEPHA foi instituído em 1971. Ultimamente, o trabalho do IEPHA tem sido mais de assessoria às prefeituras municipais e de fiscalização de bens tombados. Existem 91 monumentos tombados pelo Estado (IEPHA). Entre edificações isoladas, civis e religiosas, e conjuntos. Se contarmos por unidades o número é bem maior, pois esses conjuntos representam várias unidades. O IEPHA tem uma parceria efetiva com o IBPC. Existem vários monumentos tombados pelo IBPC e que o IEPHA tem atuado neles, como o Convento de Macaúbas.

O IEPHA trabalha também em parceria com particulares. Como exemplos em Belo Horizonte, a assessoria e fiscalização do projeto da Praça da Liberdade, com a Petrobrás Distribuidora; o Parque Municipal, com a Vale do Rio Doce. A Vale trouxe um aporte financeiro para a restauração do Convento de Macaúbas. Em parceria com o IBPC existe a Pampulha - em que o IBPC tombou a Igreja de São Francisco e o IEPHA tombou o conjunto todo, a Igreja o Museu, etc... Mas o IBPC está fazendo um estudo para tombamento do conjunto também.

Um outro exemplo é a Fazenda Boa Esperança. Sua sede é tombada pelo IBPC, o IEPHA tombou o entorno e a propriedade é do IEPHA. O IEPHA trabalha, predominantemente, com o ambiente da arquitetura urbana. Mas também com espeleologia, arqueologia, com o patrimônio ambiental.

"A Constituição Federal ampliou a visão de patrimônio, incluindo o fazer. Adotamos essa perspectiva e estamos procurando trabalhar essa vertente, atuando na cultura de um modo mais amplo. Quando levantamos o acervo de um município, buscamos identificar não somente o acervo arquitetônico, mas ampliamos para saber o que é a cultura naquela região. Esta perspectiva é mais recente."

Presidente do IEPHA

Este ano, o IEPHA está fazendo um termo de compromisso com a Secretaria de Educação do estado. O objetivo é fazer um trabalho integrado, com a intenção de incluir no currículo escolar tópicos de preservação do patrimônio cultural. Neste projeto seriam prioridades os municípios que possuem bens tombados. Este ano, o projeto terá início. A Secretaria estabeleceu que a disciplina será incluída como atividade enriquecedora. Assim sendo não será formalizada no currículo. Será desenvolvida através de disciplinas como História e Geografia. Iniciará em municípios como Belo Horizonte, Sabará, e em escolas tombadas. É a primeira vez que o IEPHA faz um acordo com a Secretaria da Educação. Neste primeiro ano, não estará incluída Mariana. O trabalho se iniciará com as professoras. Num segundo momento se estenderá aos alunos. Está sendo criado o Centro de Referência do Professor, onde serão promovidos cursos. Esse Centro se localizará no antigo prédio da Secretaria da Educação, na Praça da Liberdade. Em outubro de 1994, haverá uma semana dedicada às questões do patrimônio cultural. As propostas serão elaboradas pelos técnicos do IEPHA, com o objetivo de reciclar as representantes das professoras de todo o estado para a preservação do patrimônio cultural. Este projeto está no início, e só se poderá avaliar as dificuldades depois deste curso de outubro.

O Instituto Estadual de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) não tem uma atuação contínua no Município de Mariana

"Não existe uma relação formal com o Instituto Estadual

(IEPHA). Eu conheço muita gente do IEPHA e, pelas relações pessoais, consigo as coisas" Arquiteto

O IEPHA já atuou em Mariana no passado, e sem conflitos com o órgão federal.

"Quanto ao IEPHA só atua em Mariana quando solicitado. Os monumentos são tombados pelo órgão federal. Não há conflitos. Os recursos são tão poucos que nem se abre espaço para conflitos. Lembro-me que na década de 70, o IEPHA restaurou monumentos nos distritos de Mariana, com verbas próprias e a convivência foi tranqüila." Professor universitário

A Secretaria da Cultura de Minas Gerais mantém em Mariana o Museu Alfonsus Guimarães. O objetivo inicial desse museu era de ser um centro cultural para facilitar a pesquisa entre professores, escritores e pesquisadores. Mas a biblioteca não está formada e, hoje, é apenas a Casa de Alfonsus Guimarães, um museu de acervo pobre. Faz exposições, mas o grande problema é a falta de recursos. Faltam papeis, lápis, giz, etc. Recebe visitas de escolares, mas essas visitas não são organizadas. Conta com funcionários para a manutenção da Casa, mas não se entrosa com outras instituições para dinamizar suas atividades.

No que se refere à Constituição do Estado de Minas Gerais ,de 1989 ,ela trata de vários pontos importantes para a preservação do seu patrimônio histórico, cultural e ecológico. Destacamos a Seção IV, Da Cultura. No artigo 207, estabelece: " O Poder Público garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade mineira, mediante sobretudo:

I-definição e desenvolvimento de política que articule, integre e divulgue as manifestações culturais das diversas regiões do Estado.

IV-adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Estado."

Mas a Constituição de Minas Gerais vai além. Nesta mesma Seção, quando fala da política urbana, o artigo 245 diz: "O Estado assistirá os Municípios que o solicitarem na elaboração dos planos diretores".

Neste mesmo artigo, no dispositivo VIII, parágrafo 2º: "O Estado incentivará, mediante assistência técnica, a criação de cidades-satélites, para expansão urbana de cidades consideradas históricas, com o objetivo de preservação do núcleo cultural".

Municipal

Embora isto esteja previsto na Constituição Federal e tenha suporte na Lei Orgânica Municipal, a prefeitura de Mariana não atua na preservação do seu patrimônio.

"Quando se diz que o processo de preservação não deve ser federal, mas estadual e municipal, eu acho que teoricamente a municipalização é um aspecto muito favorável, mas temos que ser realistas. Há municípios e municípios, e o que a gente sabe é que há uma mentalidade política muito primária. Basta um prefeito ser favorável ao tombamento para seu sucessor - principalmente se opositor - ser contrário. O Patrimônio exige continuidade. Devemos aprofundar a questão democrática, como chegaríamos até as populações, para que elas participassem." Arquiteto

Incentivos Fiscais

A Vale do Rio Doce assinou um convênio com o Estado de Minas Gerais, utilizando o Fundo de Reserva de Desenvolvimento. O convênio obriga a empresa a investir até 8% do seu lucro líquido anual nos municípios onde atua. Este convênio reservaria recursos para a restauração de obras nas seguintes cidades: Mariana, Caeté, Itabirito, Nova Era, Santa Bárbara e Santa Luzia. (Jornal

O Estado de Minas. Segunda Seção, 29 junho 1993).

"A Vale do Rio Doce vai restaurar a Igreja do Carmo. Pela primeira vez, ela vai dar uma contribuição ao patrimônio local. E não foi através do IBPC" Arquiteto

A arquidiocese, através do seu vigário geral, detalha o desenvolvimento desses trabalhos.

"A Vale do Rio Doce já nos assegurou recursos para a reforma de várias igrejas. Estes recursos foram repassados para a Fundação Vale do Rio Doce, mediante convênio, e será a Fundação quem irá gerir estas obras. Eles têm pessoal especializado e têm prática. Estes projetos foram realizados pelo IBPC. O IBPC tem estado sem recursos. A contribuição, apesar da falta de pessoal especializado em número suficiente, tem sido na elaboração dos projetos. Isto graças ao interesse da coordenadora da 13ª Coordenadoria do IBPC. Só estamos conseguindo os recursos porque os projetos estão prontos". Vigário geral

Mas esse trabalho deve envolver toda a comunidade, tanto na opinião do monsenhor Vicente di Lascio, quanto de Francisco Noronha, presidente da Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana. Eles declaram que "embora a participação da iniciativa privada tenha fundamental importância nesse momento em que as restaurações são emergenciais e demandam recursos de maior monta, o papel da comunidade e dos governos federal e estadual no trabalho de conservação e manutenção deve se tornar permanente." D. Vicente também se declarou contrário à cobrança obrigatória de taxa de visitação nos monumentos religiosos, pois eles são espaços abertos aos fiéis. A contribuição deve ser voluntária e pode-se encontrar outros métodos de arrecadar recursos para a manutenção (Jornal do Sistema FIEMG, novembro de 1993, p.9).

Movimentos populares

Faltam, em nossa cultura, elementos que despertem para

necessidade da preservação dos nossos valores, e que dêem a importância devida à preservação do nosso patrimônio.

"Nossa cultura tem, na sua origem, um traço de transitoriedade. Esse traço é herdado da colonização quando o Brasil era visto como uma terra onde todos estavam de passagem. Tinham vindo apenas para buscar fortuna. Só para tirar o que fosse possível; não, para construir." Arquiteto

Como reverter esses valores?

"Faltou, realmente, já termos incluído a idéia de preservação a nossa cultura há cinquenta anos atrás. Mas, como não foi possível, temos a necessidade de um trabalho, que é lento. Mas o IBPC acumulou experiências nesse sentido." Arquiteto

É um processo lento e que não fica somente na área da preservação ou da cultura, num sentido de refinamento. É um processo amplo, que passa pelo conceito de cidadania.

"Enquanto as escolas de primeiro e segundo graus não despertarem, em seus alunos, valores culturais locais, estudando e entendendo, não haverá participação, nem o pleno exercício da cidadania, que não é só constituída por direitos, mas também de deveres. Alguns deveres elementares como não cuspir na rua; não jogar papéis na rua, nem lixo; dar o lugar aos mais velhos. A educação, hoje, está nas mãos da escola e na escola fica. Se a escola não dá conta do recado, dane-se." Professor universitário

Dentro do conceito de cidadania, devemos ressaltar não somente os direitos dos cidadãos mas também seus deveres.

"Essa questão da responsabilidade social é complicada, é dolorosa e não acontece assim, de repente. No currículo das escolas de segundo grau, deveria ser introduzida a questão,

com a perspectiva de que a idéia de preservação não passa apenas pelos grandes monumentos. Preservar é, também, cuidar do nosso lixo e dos múltiplos aspectos culturais. Os turistas têm que respeitar. Nas férias, muitos vêm Ouro Preto e Mariana como territórios livres onde se pode fazer o que quiser. É uma questão de falta de educação." Historiadora

Não podemos deixar de reconhecer a preocupação do IBPC em se aproximar da comunidade. Os seus êxitos ou insucessos são outro problema.

" O IBPC tem feito esforços, contatos, visando uma maior participação da comunidade. Mas isto é mais um desejo do que uma política nesse sentido. Depende muito das coordenadorias regionais. Consideramos a prefeitura, a Igreja, como representantes da comunidade. A participação da Igreja depende muito dos bispos. Em certos lugares a população organizada tem funcionado como grupo de pressão favorável e, em alguns casos, temos trabalhado juntos. Vemos um discurso generalizado contra o IBPC que atrapalha uma parceria maior." Arquiteto

A Coordenadoria do IBPC tem planos para atrair a comunidade, utilizando as próprias obras de restauração:

" Pretendemos que as obras de restauração que estamos desenvolvendo em Mariana sejam acompanhadas pela comunidade. Que não seja mais uma obra fria. Ainda não sei como faremos isto, talvez com um plano de visitas periódicas para a comunidade, incluindo as escolas. Seriam visitas educativas. Nossa casa de Mariana seria um eixo que coordenaria esse trabalho. Isto já está acertado com a Vale do Rio Doce e com D. Luciano." Arquiteta coordenadora

Entre os seus êxitos num trabalho com a comunidade, o IBPC dá como exemplo sua atuação no Rio Grande do Sul, num trabalho

lento, mas que apresentou resultados.

"Em Antônio Prado, RS, os próprios moradores, concordando com a idéia de tombamento, propuseram criar uma associação de moradores para gerir o processo, para tirar os proveitos do turismo. Até a estrada asfaltada, que eles tanto queriam seria impulsionada pela própria projeção que a cidade tomaria como centro turístico." Arquiteto

É sempre cobrado do IBPC um maior envolvimento em atividades educativas. Isto não significa que não existam experiências isoladas, como as do Serro, norte de Minas, e de Ouro Preto.

" O Projeto Museu Escola funcionou no Museu da Inconfidência por 10 anos. Com a reforma administrativa do Governo Collor, ele foi abandonado. Só manteve visitas guiadas para a rede escolar. A nova administração da prefeitura de Ouro Preto, em convênio com o IBPC, através do Museu da Inconfidência, retomou o projeto sobre a História Regional e Educação Patrimonial com os alunos da rede municipal. A clientela alvo são os alunos da rede municipal. O projeto reiniciou no segundo semestre do ano passado e modificamos a sua estrutura inicial. Na próxima semana doze professoras estarão sendo treinadas aqui. Nossa intenção será obter um plano de aula, integrado, para professores de 1ª a 4ª série." Historiadora

3-RELAÇÃO UNIÃO-ESTADO-MUNICÍPIO

A Constituição Federal de 1988 enfatiza o papel do Estado, em seus diferentes níveis, na preservação do patrimônio. Para que esta participação seja efetiva, seria necessário um entrosamento entre estes três níveis. Mas esse entrosamento não é completo, nem entre o órgão federal e o estadual:

"A relação do IBPC com o IEPHA já foi mais efetiva,

inclusive com repasse de verbas. Mas o IEPHA passa por problemas administrativos como os nossos. Creio que toda a área da cultura tem tais problemas. Hoje, o IEPHA tem funcionários técnicos com salário equivalente a três salários mínimos, o que é desestimulante para o técnico." Arquiteta coordenadora

Nem no âmbito dos municípios, há entrosamento. Ao que parece, isto deveria ter sido previsto em legislação federal complementar, o que nunca foi feito. Assim, o entrosamento depende das circunstâncias, como uma maior ou menor sensibilidade do prefeito, uma maior ou menor conscientização da comunidade, pressionando o poder municipal. Depende até mesmo, do relacionamento pessoal entre os técnicos do IBPC e o prefeito.

" Em Mariana, quase não existe relação entre a prefeitura e o IBPC. Ela se baseia mais numa relação pessoal. Sempre a relação IBPC - prefeitura passa pela minha relação, de arquiteto, com o prefeito. É uma relação nem um pouco institucional. A prefeitura também não se sente responsável pela preservação do patrimônio." Arquiteto

Sem este entrosamento, ou sem a sensibilidade do prefeito para a preservação, a prefeitura prioriza interesses outros, podendo ser até contrários à conservação dos monumentos tombados.

"Em Ouro Preto, a antiga gestão da prefeitura favorecia a circulação de ônibus nas áreas de preservação. A idéia era facilitar o acesso da população que fazia o trânsito Belo Horizonte Ouro Preto." Professor universitário

A falta de uma consciência clara sobre os problemas da preservação leva os dirigentes municipais a adotarem atitudes, muitas vezes, contraditórias.

"O prefeito de Mariana está na sua terceira gestão, nas anteriores, ele teve problemas com o IBPC, como o causado

pela construção do Ginásio Polivalente, que foi construído numa área não-tombada, numa área mais recente, depois do Rio do Carmo. Outro problema foi quanto à renovação do calçamento. Mas, agora, o prefeito está conseguindo manter um diálogo maior com o Patrimônio. Quando tem qualquer problema ele convoca o representante do Patrimônio discute o problema e, com isto solucionou a relação da prefeitura com o Patrimônio. O Patrimônio, porém, não tem tido recursos para cobrir todas as necessidades de Mariana e a Prefeitura tem sido chamada para colaborar financeiramente". Vereador

Essa ambigüidade é, também, evidenciada por outro entrevistado.

"O atual prefeito de Mariana é difícil de ser analisado. Há momentos em que, pelo fato dele ser centralizador, ele troca o calçamento da cidade, constrói um ginásio polivalente que a cidade inteira chama de elefante verde. Mas também há momentos em que ele toma atitudes que eu acho fantásticas. Ele está recuperando o calçamento da cidade, recompondo a base das pedras antigas. Mas ele já desfez esse calçamento em outros momentos e criou conflitos, pois grande parcela da população foi contra e fez manifestação, indo às televisões. Ele, em represália, deixou de recolher o lixo da cidade durante mais de uma semana. Pelo fato de ser centralizador, ele toma medidas radicais que ora aplaudimos, como a ação de abrir os arquivos da Câmara, permitindo que fossem organizados e consultados, e ora adotando outras posturas que nos chocam." Professor universitário

De uma maneira geral, não se ve uma identidade entre as prefeituras municipais e o IBPC.

" A maioria das prefeituras considera o IBPC um entrave ao seu progresso. No governo Collor, pretendeu-se uma municipalização, dizendo ser o município o responsável pela

preservação do patrimônio. É uma frase muito bonita, mas é uma falácia. Na experiência brasileira, quantos municípios têm tido uma prática preservacionista? A descontinuidade da política municipal é muito grande." Arquiteto

Em casos de conflito, como o acontecido em 1993, em São João del Rei- ocasião em que o prefeito local, desrespeitando o tombamento federal, asfaltou ruas até então com calçamento original - nem sempre o IBPC tem uma atitude didática.

"No caso de São João, a União acabou entrando até de uma maneira atabalhoada no processo. O IBPC mostrou que não é muito forte nem muito presente na vida da cidade. Nem teve uma ação preventiva, educativa.

Porém, acho que só as medidas educativas não são suficientes. É preciso que se adotem medidas práticas e econômicas, que façam com que o cidadão contabilize e conclua ser interessante manter o status da cidade. Medidas educacionais isoladas não sei se conseguirão garantir a preservação." Professor universitário.

Mas a relação inter-governamental é, apenas, uma parte da questão. Devemos considerar, também, a relação com a Igreja, detentora da propriedade da maioria dos monumentos tombados. O ideal seria que a Igreja entrasse nessa parceria voltada para a preservação.

A Coordenadoria do IBPC em Belo Horizonte trabalha nesse sentido.

"Mariana conta com a presença de D. Luciano, bispo da Diocese e Presidente da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB). A Diocese tem uma Fundação Cultural, cujo presidente é o Dr. Noronha, pessoa muito atuante na área cultural em Minas. Depois das chuvas de 1992, que causaram grandes estragos, e com a Igreja do Carmo fechada há muitos anos, estabelecemos um programa de trabalho, com o apoio da Diocese, quando foram estabelecidas as prioridades. Procuramos trabalhar conjuntamente para obter recursos. Foi

uma parceria que deu certo, na qual o IBPC entrou com a parte técnica, elaborando os projetos. A partir daí, buscaríamos os recursos financeiros. Tivemos sucesso junto à Companhia Vale do Rio Doce. Isto vem acontecendo desde 1992 e, a cada ano, conseguimos ampliar um pouquinho esse leque de investimentos." Arquiteta coordenadora.

Mas isto nem sempre acontece em todos os níveis.

"O Museu Arquidiocesano não tem nenhum relacionamento com a museóloga do IBPC local. Eles têm uma museóloga. Quando vim para cá, mandei um ofício, colocando-nos à disposição, fui falar com ela e não tive retorno. Aqui, em Mariana, tem também o Museu Alfonsus Guimarães, que é da Secretaria de Cultura do Estado, e que também não tem nenhuma relação conosco. Este museu não tem técnico permanente." Museóloga

Também em Mariana, há críticas com relação ao interesse ou desinteresse da Igreja Católica, instituição que dá destaque nacional à Mariana por ser a Diocese à frente da qual está D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos.

"A cúpula da Igreja não se identifica muito com Mariana. Vieram muitos padres de fora sem muito envolvimento com a cidade. No caso aqui da Sé, o pároco tirou a balaustrada do Cabido, alegando que a Igreja é do povo e que o povo pode ocupar toda a Igreja. Acontece que as paredes laterais do Cabido têm as pinturas de inspiração chinesas e são preciosas." Museóloga.

A perspectiva da Cúria é outra. Para ela, a Igreja pertence primeiramente aos fiéis.

"Temos uma preocupação em orientar os padres. No seminário, há uma disciplina sobre arte religiosa. A Igreja tem como finalidade principal o culto. Não se pode colocar limites

sobre a participação da comunidade no culto ou ao espaço por ele ocupado, ainda que isto possa representar algum dano ao acervo. A finalidade da Igreja é a fé e o culto da religião. O que deteriora não é a participação dos fiéis e sim a falta de conservação e de restauração." Vigário geral

Mas a Igreja também chama para si um importante papel histórico na evolução das idéias de preservação do patrimônio, no Brasil.

"D. Helvécio, em 1926, foi quem primeiro levantou sua voz, através de uma pastoral, sobre a preservação do patrimônio. Ele procurou conscientizar os padres para conservar o patrimônio e zelar para que essas peças preciosas não saíssem de suas igrejas. Não atingiu plenamente esses objetivos. Mas, como amigo de Getúlio Vargas e de Rodrigo Melo Franco, suas teses devem ter contribuído para a criação o SPHAN." Vigário geral

O papel da Igreja poderia se estender além da preservação dos seus monumentos tombados. Poderia ter relevante função na conscientização da população.

" É necessário um trabalho de educação que envolva a comunidade e a Igreja, que aqui tem grande força. Os padres são muito respeitados e podiam ajudar na educação. Porém, eles não atuam na conscientização da população sobre os seus deveres em relação à preservação do patrimônio da cidade. O IBPC também tinha que ter uma equipe envolvida com esse trabalho junto à comunidade." Arquiteto

E que participação poderia ter a universidade neste processo de conscientização e mobilização da população para a valorização e preservação do seu patrimônio?

"Aqui, em Mariana, o agente do processo de mudança que resultasse numa conscientização voltada à preservação poderia ser a universidade. Tem que haver integração com

outros setores, inclusive com a prefeitura e a Câmara. Um trabalho em conjunto, um trabalho interdisciplinar e entre instituições." Historiadora

A Universidade, ou os seus alunos, já teriam uma consciência e uma postura na defesa do patrimônio.

"Nesta universidade, há uma conscientização da necessidade da preservação do patrimônio. Em alguns momentos, os alunos já se colocaram frontalmente contra certas medidas de agressão ao patrimônio. Quando da construção do novo Palácio dos Bispos, o projeto original foi alterado para não agredir tanto o conjunto. Entretanto, em Mariana, há espaço, como já ocorreu, para acontecerem fatos de agressão semelhantes aos de São João del Rei. Já se trocou calçamento centenário. Houve até uma ação popular a este respeito. Uma ausência quase que total de comunicação (e de fiscalização) entre os órgãos da área de preservação cria espaço para esses fatos." Professor universitário

Qualquer esforço do IBPC, visando um trabalho educativo, esbarra na falta de recursos mínimos para o funcionamento de uma instituição burocrática.

"O escritório local do IBPC tem, também, um vídeo que utilizamos em sessões às quartas-feiras. O público principal é o das escolas de primeiro grau. Mas não temos um vídeo sobre Mariana. Também o rodízio de fitas, vindas de outras cidades é difícil. Para receber por sedex, o remetente paga. Porém, não temos recursos para a devolução. Até o ano passado podíamos fazer uma programação noturna. Agora, por falta de pessoal, isto não é mais possível." Museóloga.

No entender de uma entrevistada, ações isoladas terão pouco impacto na mudança de mentalidade da população.

"Nessa questão da preservação, seria necessário uma

trabalho massivo. O que as instituições restauram é o prédio, e não o sentimento das pessoas em relação ao prédio. Quando restauraram a Sé de Mariana, ela ficou fechada 8 anos. Quando ela reabriu, as pessoas estavam ligadas à outras paróquias. Restauram o prédio, não o amor das pessoas pelo prédio. O IBPC chega de fora, com pessoas que não têm nada a ver com a cidade. Executam o serviço reclamando de tudo, porque a vida é muito dura aqui. Ficam dois a quatro anos, vão embora e o prédio fica sem se reintegrar à população" **Musicista**

Mas há uma preocupação declarada pela coordenadora da regional de Minas gerais em trabalhar o lado educativo, que pode ser desenvolvido a partir da restauração de um monumento.

"A casa que mantemos em Mariana deveria funcionar como um pólo de promoção do seu patrimônio. Nossa intenção é de que a obra de restauração que desenvolvemos nas igrejas sejam utilizadas como um ponto de promoção do patrimônio cultural, através da educação. A educação da população para a preservação do patrimônio é fundamental, a longo e a médio prazos. Desenvolvemos ações voltadas para a educação da população de forma muito localizada, pois depende do técnico disponível e de sua aptidão para esse tipo de trabalho. Embora seja essa uma orientação geral, ela só é possível em determinados locais. No Serro, tivemos um exemplo interessantíssimo. A técnica que trabalhava lá fez um trabalho amplo, envolvendo escolares, comunidade, etc. Chegou a estabelecer propostas para um Plano Diretor, através desse trabalho. É uma experiência riquíssima, mas isolada. Quando ela se afastou, o trabalho não teve a mesma continuidade. A pessoa que a substituiu não tem o mesmo perfil e por isto não consegue manter o trabalho com o mesmo vigor. Como aqui o escritório também não tem condições de dar o apoio técnico necessário, o trabalho acaba sendo perdido. Estamos tentando trabalhar com essas experiências para ver se conseguimos definir os pontos

básicos que podem ser reproduzidos mas ainda não temos uma diretriz." Arquiteta coordenadora

4-A COMUNIDADE COMO AGENTE DA PRESERVAÇÃO

A cidade é um organismo vivo, com sentimentos e valores. Dentro desta perspectiva, em primeiro lugar, qual seria a reação de sua população em relação a ser Patrimônio Nacional e atrair visitantes?

"Em uma cidade voltada para o turismo, nas épocas de pique, a cidade é invadida, o que tira dos moradores o completo domínio sobre sua cidade. Isto interfere nas relações. Como observador de fora, acho positivo o fato de aumentarem as chances econômicas da cidade. Não sei se para a população, o fato de ser uma cidade- vitrine é um fator favorável ou não. Uma moradora disse que, em Ouro Preto e Mariana, é muito comum os moradores, durante os fins-de-semana, fecharem suas janelas, como forma de preservar sua privacidade. Os turistas têm o hábito de olhar através das janelas." Professor universitário.

Este projeto nacional, externo, se ajusta às pretensões locais?

"A comunidade quer ter um desenvolvimento pessoal próprio. Isto, até mesmo em termos econômicos. A idéia de uma cidade tombada é uma idéia conservadora, é conflituosa ao tentar preservar aquele tipo de situação. Uma cidade inteiramente preservada pode gerar conflitos com outras alternativas econômicas, como a mineração. E a tendência é o governo municipal assimilar mais estas pressões da comunidade do que as dos setores federais. Se o processo de manutenção do patrimônio dependesse, exclusivamente, de iniciativas da comunidade ou do poder público municipal, acredito que não seria bem sucedido. A minha idéia é que tende sempre a ser uma iniciativa de fora, federal ou mesmo internacional, como o caso da UNESCO, em Ouro Preto. No caso de Mariana,

acho que tanto o prefeito quanto os vereadores tendem a ser mais sensíveis às pressões da comunidade do que a preservar esse estatuto." Professor universitário.

Mas é possível a organização da comunidade visando conscientizar e estimular uma verdadeira participação da população no sentido de atuar no processo de preservação do seu patrimônio?

"Em 1990, tentamos montar aqui um grupo chamado Pró-Mariana, com a participação de técnicos do IBPC, para discutir a questão da preservação com a população de Mariana. Essa experiência durou muito pouco tempo. No início, a sala ficava repleta de pessoas as mais diferentes, como lojistas, professores universitários, líderes comunitários, entre outros. Nossa pretensão era a de caracterizar o grupo como apolítico. Tentamos formar um espírito de comunidade organizada. Estávamos num momento de abertura política no País e, portanto, propício a esse tipo de ação. Mas não foi possível. É a falta de costume democrático e que não é problema só daqui." Historiadora.

Outro grupo foi mencionado como atuante na preservação do patrimônio, colaborando com uma paróquia na restauração de uma igreja.

"Aqui, em Mariana, tem um grupo de pessoas que se denomina Movimento Renovador de Mariana. Esse grupo, que se reúne na Casa da Cultura, tem procurado fazer alguma coisa para a defesa do patrimônio da cidade. Uniu-se à Igreja para ajudar na restauração da Igreja do Cordão de São Francisco, assim como outras obras emergenciais foram feitas." Professor universitário

Como atua o Movimento Renovador

"A finalidade do Movimento Renovador de Mariana é a de realizar um trabalho social e um trabalho cultural. Esse

movimento tem sete anos de existência. Congrega 29 pessoas, num trabalho voluntário. Temos operários, professores, artistas. São as pessoas que integram a diretoria do movimento, nascido da necessidade de dar à população uma nova consciência. Sentimos que o povo de Mariana precisava de uma sacudida. Os dirigentes não têm a consciência do valor de Mariana, não têm consciência de sua grandeza. Nosso objetivo é organizar a sociedade, criar associações comunitárias. Temos procurado despertar a população para o valor da nossa história, como um primeiro passo para a preservação do patrimônio de Mariana. Temos conseguido atuar através das escolas. Fizemos um projeto chamado **Amar e Conhecer Mariana**. Foi elaborada uma cartilha contando a história de Mariana e de Minas Gerais, numa linguagem adequada às crianças." **Presidente do Movimento**

O Movimento renovador atuou para a restauração da Igreja do Cordão de São Francisco

"O ponto alto de nosso trabalho está sendo a restauração da Igreja do Cordão de São Francisco. O padre responsável por essa igreja, segundo disse, já estava vendo a hora em que ela iria desabar. Isto numa época em que o Governo Collor havia cortado todos os recursos para a restauração. Fizemos reuniões da comunidade e pedimos o apoio ao Movimento Renovador. As obras foram feitas sem dinheiro, etapa por etapa, desde 1991. Também recebemos ajuda da Empresa de Mineração SAMARCO. O IBPC ajudou tecnicamente e financiou parte das madeiras, peroba rosa, para as cimalkas externas. O monsenhor Vicente, da Cúria, também tem ajudado muito. O trabalho é maravilhoso, pois conseguimos despertar na população a consciência do valor dos nossos monumentos. Tomaram a consciência e o amor." **Presidente do Movimento**

O Movimento Renovador tem, hoje, problemas de relacionamento com a prefeitura, o que dificulta seu trabalho. Uma característica da cidade é sua extrema polarização política. Ou se é a favor ou

contra. A neutralidade não é reconhecida e o opositor não é respeitado como detentor de uma outra visão, uma outra forma de tentar solucionar os problemas comuns a todos. O opositor é, antes de mais nada, um inimigo.

"Esta é uma cidade pequena, mas difícil de trabalhar com instituições em função da polarização partidária. Procuro evitar essa coloração partidária, mas é difícil em Mariana." Professora primária

"É muito difícil o diálogo com os vereadores, que são muito submissos ao prefeito. Não temos o apoio dos vereadores. O Movimento Renovador constituiu um plenário popular, quando sentimos que o legislativo não teria interesse em elaborar uma lei orgânica. Convidamos os vereadores a participar do plenário popular. Fomos rechaçados, sob a acusação de que queríamos organizar uma câmara paralela. Que deveríamos ir às discussões na Câmara dos Vereadores." Presidente Movimento

Mas nem todo trabalho de restauração, pelo seu volume, pode ser realizado com recursos exclusivos da comunidade.

"A comunidade, muitas vezes, quer ajudar. Por exemplo, tenho participado das reuniões da Confraria do Carmo. Tenho ouvido seu interesse em fazer campanhas para o início das obras. A igreja está fechada há sete anos, desde que caiu uma peça do teto. Quando mostrei o projeto e o orçamento da obra, eles viram a impossibilidade de, dentro da comunidade, levantar os US\$ 200.000,00 necessários. Então eu disse: vamos fazer as campanhas para obter recursos para comprar os paramentos, para serem utilizados na igreja restaurada." Vigário geral

Entretanto, outras cidades encontraram a forma para não somente conviver com a preservação, mas tirar proveito dela.

"Um exemplo de convivência entre a população e as idéias de preservação é Tiradentes. Essa cidade, abandonada por muito tempo, permitiu sua preservação. Na década de 70, empresários de fora fizeram investimentos para preservar a cidade e hoje Tiradentes é uma grande cidade histórica no ponto-de-vista turístico. Atividades voltadas ao turismo e artesanato floresceram. São João já é uma cidade histórica, porém é também um importante centro industrial, fabril. A população deve ter apoiado o prefeito da cidade a mudar o calçamento, melhorando a locomoção da população local. Andar num calçamento antigo é horrível para o morador. Quem tem carro sofre as conseqüências. Em seu dia-a-dia, o cidadão espera melhor conforto." Professor universitário

5-INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

Tombamento

O tombamento é uma instituição jurídica que é amplamente debatida, tanto como elemento em si de preservação quanto as conseqüências dele resultantes.

"A idéia de preservar um patrimônio histórico é uma idéia conservacionista e implica uma intromissão do poder público, porque o Estado interfere no direito do cidadão de derrubar uma parede em sua própria casa. O cidadão comum pensa: - dentro da minha casa, eu sou rei -. Numa cidade que é um patrimônio histórico, é como se existissem muitas pessoas dentro da sua casa regulamentando os seus atos, impedindo alguns atos de sua vontade, de serem realizados. Há uma intromissão pública dentro do privado. Enquanto os órgãos responsáveis não adotarem medidas práticas, benéficas à população, vai haver sempre a possibilidade da população se sentir invadida em seus direitos." Professor universitário.

O tombamento, que inicialmente foi adotado de forma mais ou menos discricionária, passou a ser discutido com a comunidade, dentro um processo mais democrático.

"O que acho importante no processo de tombamento, e que é um grande desafio, é saber em que momento estabelecer o diálogo com a comunidade, como fazê-lo, e em que momento seria inserido o tombamento e de quais bens. Um fator importante é a continuidade desse trabalho de participação, criando um diálogo que só o tempo permite consolidar."
Arquiteto.

Sem dúvida, há uma evolução na compreensão do tombamento, que, ao invés de ser somente imposta, passa a ser uma medida solicitada, em casos específicos, pela comunidade.

"Noto, porém, um progresso no processo de tombamento. Por exemplo, quando fomos fazer o tombamento da cidade de Cuiabá houve um pedido de parte da sociedade, não o todo, mas um segmento significativo. Mostramos aos comerciantes da área que seu lucro depende do planejamento de seu uso. Um plano turístico e de lazer pode trazer ganhos grandes."
Arquiteto

Mas em outros casos a reação dos envolvidos é totalmente desastrosa, evidenciando não ter havido o entendimento.

"O tombamento de Petrópolis foi feito através de um acordo com a prefeitura. O pedido foi feito pelo próprio prefeito. Mas, de repente, as companhias imobiliárias passaram a demolir, da noite para o dia, e só não demoliram mais, por só existir uma companhia de demolição na cidade. As pessoas têm uma noção de propriedade que passa pela destruição, sem se importar com o outro. É meu, faço o que quero. Não devo nada a ninguém." Arquiteto

Outro aspecto importante se relaciona, também, às consequências

da maneira isolada como foram conduzidos os tombamentos numa primeira fase.

" O Patrimônio criou uma dependência paternalista, pois deu dinheiro e ajuda para a restauração de propriedades particulares." Arquiteto

Isto é sempre destacado pelos que analisam as conseqüências da política inicial do órgão de preservação.

"Preservar um casarão antigo é como cuidar de um elefante branco. A intervenção paternalista feita pelo patrimônio deixou conseqüências. Todos esperam isto do IBPC. Daí, a necessidade de um trabalho educacional mais amplo e que requer mais infra-estrutura." Museóloga.

Muitos defendem a necessidade de conceder incentivos que compensem o ônus do tombamento.

"Acredito que mais importante do que uma ação de conscientização, seria oferecer benefícios concretos, como incentivos fiscais que favorecessem tanto a comunidade quanto à população, compensando o ônus do tombamento." Professor universitário

Alguns incentivos já existem, como os garantidos pela Lei Rouanet, mas o processo burocrático que é exigido quase o inviabiliza:

"Tenho procurado mostrar que um bem tombado passa a ter uma conotação social, mas isto é difícil numa sociedade onde a propriedade privada tem um valor absoluto. Os bens tombados têm um incentivo através da Lei Rouanet. Pelo Programa Nacional de Cultura (PRONAC), pode-se descontar no imposto de renda o gasto com as obras de preservação. Não estamos em condições de estimular essa utilização, porque os processos têm que ser aprovados por nós e estamos sem

condições de examinar todos esses processos. Quanto à isenção de IPTU, muitas prefeituras não têm condições de deixar de recebê-lo, por ser importante para sua receita."

Arquiteta coordenadora

Outros vêm no tombamento a forma eficaz de preservar um patrimônio que de, outra forma, seria destruído.

"É uma boa idéia Mariana ser tombada pelo patrimônio, pois muitas pessoas pensam em destruir, poucas em preservar. Há, porém, maneiras de progredir com preservação. Mas, aqui, essas idéias não se fundem bem. O objetivo nosso aqui na Associação Comercial é de preservar e progredir."

Secretária

O tombamento, como instrumento de preservação, se vê hoje ameaçado. Isto, para o IBPC representa uma ameaça a sua própria existência. Para evitar isto, há uma mobilização, evidenciando a necessidade do fortalecimento político do movimento de preservação do patrimônio cultural.

"As propostas de mudanças na Constituição, se vitoriosas, eliminando a instituição do tombamento, será o fim do IBPC, que passará a desenvolver uma atividade meramente decorativa. A instituição se alicerça no tombamento."

Arquiteto

6-MARIANA

A questão sobre os problemas que a cidade de Mariana apresenta teve perspectivas diferentes, como era de se esperar.

"A cidade apresenta problemas como o da coleta de lixo, e um comércio pouco desenvolvido." Professor universitário

"A cidade não tem grandes problemas. Só a questão da falta

de empregos. O turismo, se bem trabalhado, poderia trazer empregos. Creio que as pessoas que estão na liderança, como o prefeito, não estão muito interessadas na preservação." **Moradora**

"Entre os principais problemas de Mariana, coloco - em primeiro lugar - o problema do sistema de saúde. Creio ser este um problema que afeta o País inteiro. Também o problema do abastecimento de água de Mariana, cujo sistema de abastecimento foi feito sem planejamento para o crescimento que ocorreu. O rio principal recebe todo o sistema de esgoto da cidade, e parte de Ouro Preto. A captação da água é em outro local, sendo que a água não é tratada. A população da cidade cresce muito. Muitas pessoas vêm de outras cidades atraídas pelas mineradoras." **Vereador.**

Como foi constatado nas respostas acima, dois aspectos merecem a preocupação do marianense: poder ter acesso a empregos e contar com um bom comércio. Em pesquisa relatada por uma historiadora, esses dois aspectos fazem parte dos elementos que os moradores de Mariana identificam como integrantes do progresso.

"O progresso, para o Marianense, segundo pesquisa com cerca de vinte ou trinta mestres de ofícios, dos mais velhos de Mariana: o progresso é muito bom. Estou gostando muito de Mariana estar crescendo. Está tendo muito emprego para os moços novos, que não tinham onde trabalhar. Está tendo um comércio. Nós não tínhamos onde comprar, aqui". Então, para eles, o progresso passa pela oferta maior de produtos, por um comércio melhor. E maior oferta de empregos. Mas não pode asfaltar aqui não; nem pode passar caminhão porque vai estragar as casas antigas, disseram eles". **Historiadora**

Interessante é relacionar esta aspiração de ter acesso a melhores condições de emprego com o esforço realizado para alcançá-lo.

"Há traços da cultura local que colocam sua população como merecedora de privilégios. A população não entende que os melhores empregos oferecidos pelas mineradoras requerem maior capacitação: Só contratam gente daqui para capinar. Embora o nível de escolaridade, aqui, seja muito baixo, a população acha que os empregos deviam ser, prioritariamente, preenchidos por ela. A gente não tem condições de sair daqui para estudar, dizem. Mas os cursos do SENAI, com bolsas da VALE não são preenchidos pela população local." Historiadora.

Muitas pessoas declararam o prazer que sentem em morar em Mariana. Algumas, justificando esse prazer e o relacionando exatamente às características históricas e artísticas da cidade.

"Apesar de não ter nascido aqui, gosto muito de morar em Mariana. É uma cidade com boas condições de vida, de estudos, serviços. É uma cidade de lindos monumentos históricos, do tempo dos escravos, com edifícios como o da prefeitura, construído com pedras de mais de dois metros de comprimento. Como foram elas transportadas? Isso me fascina." Moradora

"Morar em Mariana é extremamente agradável. O fato da cidade ser tombada dá um deleite, um prazer. Uma cidade construída no passado, com uma arquitetura do passado. Em função de um passado muito rico. É fantástico andar pela cidade e descobrir ângulos da cidade. É, também, meu objeto de estudo. Trabalho com o século XVIII desde antes de entrar para a universidade e nisto Mariana é rica." Professor universitário

Também pode-se encontrar entre os originários de Mariana um certo orgulho pelo passado histórico, embora esse orgulho não seja fator suficiente para mobilizá-los para uma participação mais consciente e efetiva na preservação desse patrimônio.

"As famílias mais antigas têm orgulho por Mariana ser Monumento Nacional, mas elas não se colocam dentro da questão. É o poder público quem deve conservar. Isto ainda é reflexo do paternalismo ligado à própria criação do SPHAN no governo Vargas." Historiadora

Mas também encontramos, segundo relato de uma entrevistada, pessoas que não se sentem tocadas pela beleza do patrimônio da cidade.

"A questão da preservação da cidade de Mariana é uma questão muito grave. Eu acho que o maior problema da preservação de uma cidade histórica está na população original da cidade. Não é a população que vem de fora. São as pessoas da cidade, porque o valor aqui em Mariana é derrubar uma casa histórica e construir ela novamente. Se as pessoas não tiverem uma cozinha moderna, um banheiro moderno, com azulejo decorado até o teto, elas não estão bem. E o chão tem que ser reto, de preferência de pedra, não de tábuas. Cansamos de ouvir: 'puxa, que pena que essas igrejas ficaram de pé, dá tanto trabalho. Custa tão caro mantê-las.' Eu ouvi um padre dizer que pena que o cupim não comeu esse órgão. Ele me dá tanto trabalho. Isto é triste." Musicista

E quais seriam os grupos que mais apoiariam a preservação desse patrimônio?

"Em Mariana, acredito que os grupos mais favoráveis à preservação histórica sejam os setores mais esclarecidos, os intelectuais que atuam no setor terciário da economia, professores, o clero, estudantes das universidades. Segmentos do comércio, população não-residente, trabalhadores das mineradoras e o mercado imobiliário podem ser os segmentos que não se importam com a preservação." Professor universitário

Mas, no dizer de um entrevistado, apoiar não significa necessariamente colaborar. Segundo ele

"Nem o grupo de artistas locais nem a associação comercial dão colaboração para a manutenção do patrimônio. Não vêem que pode ela ser uma fonte de renda." Arquiteto

Na perspectiva de outro entrevistado, as opiniões se dividem assim:

"Vejo que há duas correntes de opinião a respeito da preservação do patrimônio de Mariana. Há uma parcela que admira, entende e respeita, achando que deve ser preservada a todo custo, e que se envolve nessa tarefa de preservação, acreditando que a mineração que traz recursos, um dia, vai-se esgotar, e que o que vai salvar isto aqui é o próprio patrimônio da cidade. Agora há uma grande parcela que não vê assim e que está querendo um certo conforto do moderno, do progresso. E há conflito entre uma parte e outra. Estes segmentos não são homogêneos. Tanto que encontramos na própria elite estas parcelas que acham que tem que asfaltar, que tem que ter prédios." Professor universitário

Há uma perspectiva de esgotamento das riquezas minerais, com a conseqüente saída dessas empresas, deixando um vazio econômico.

"Temos as empresas mineradoras que vão ficar aqui, aproximadamente, 30 anos. O que vai acontecer com nossa cidade quando essas companhias forem embora? Não temos nenhuma outra saída econômica, como um pólo industrial. A mineração é uma safra só, como foi o ciclo do ouro." Guia de turismo

A presença das empresas mineradoras, em Mariana, gera opiniões divergentes. Para uns, sua ação no presente é vista como geradora de problemas.

" As grandes empresas aqui sediadas trazem mais problemas que ajuda. Trazem contingentes de pessoas sem compromisso com a cidade, sem amor com a terra, que não respeitam a cidade." Arquiteto

Para outros ,elas não trouxeram somente problemas.

"A chegada das companhias mineradoras beneficiou muito Mariana. Isto representou uma ajuda em termos de novos empregos. Mas o pessoal que tem vindo para cá não tem compromisso com a cultura com o patrimônio artístico. O governo municipal também não se preocupa com isso." Artista plástico

A vinda de pessoas de fora, também gera certos conflitos com a população local.

"Em Mariana, há um conflito entre as pessoas de um nível social um pouco mais alto, que se sentem invadidas, e os recém-chegados com posição econômica melhor que a delas, como os engenheiros das mineradoras, os diretores. Estas pessoas têm poder e dinheiro. Para os moradores locais elas não respeitam a cidade, nem aqui moram. Estão em vilas só deles." Historiadora

É, pois, evidente a falta de uma integração entre a população mais antiga da cidade e os que chegaram para trabalhar nas novas empresas aí sediadas.

"Mariana é uma cidade que foi preservada pela decadência econômica, que perdurou por muito tempo. Depois, vieram as mineradoras e a cidade começou um surto de crescimento, porém de forma caótica. As pessoas que vieram para cá não se sentem com compromisso com a cidade, não vêm para ficar e nem constróem um belo lugar para morar." Historiadora.

Talvez um processo educativo criasse uma identidade em torno do

próprio patrimônio da cidade. Quantas pessoas que chegam a Mariana têm consciência do passado histórico da cidade? Quantos não se apercebem, apenas, das casas velhas e ruas de pedra de difícil trânsito para seus automóveis? Seria, pois, importante um conjunto de atividades educativas.

"Entre as atividades educativas necessárias, está a demonstração dos benefícios gerados pela preservação. Não percebo esta ação em Mariana. Não conheço um estudo sobre o potencial turístico de Mariana, muito menos a divulgação de suas potencialidades. Professor universitário

A questão do turismo gera muitos comentários interessantes.

"O trabalho de turismo na área de Mariana está todo errado. Falta o desenvolvimento dentro de uma linha empresarial. Para isso, falta refazer a infra-estrutura interna de Mariana, que passa pela preservação do patrimônio histórico de Mariana." Guia de turismo

Mariana precisa encontrar sua vocação como cidade turística. Algo que a torne marcante. Que a distinga de Ouro Preto, pólo de atração, que dista apenas 12 km de Mariana. Um dos pontos defendidos seria identificá-la como cidade dos artistas.

"Para consolidar essa vocação de cidade dos artistas, Mariana tem que oferecer os meios. Do jeito que estamos agora é difícil. O descaso é grande." Artista plástico.

Outra visão é mais ampla e engloba a idéia anterior.

"Mariana se sairia muito bem se partisse para uma linha de turismo cultural, que aproveitasse o órgão, o trem, os artistas aqui residentes e o teatro, já restaurado, do SESI Minas, e cursos. A cidade é ótima hospitaleira para cursos." Musicista

O órgão da Sé de Mariana pode ser considerado como uma das maiores preciosidades da cidade. É de 1701 e só existe um outro que se assemelha a ele, e que está na cidade de Faro, Portugal.

"A atividade em torno do órgão da Sé de Mariana tem sido constante, regular e de muita qualidade, durante os últimos nove anos é uma atividade com padrão internacional. Temos crescido muito em número de apresentações, sem perder a qualidade. Ano passado, foram 56 apresentações. Atendemos, hoje, muitas escolas, e projetos culturais, turismo cultural e congressos. Desses 56 concertos, doze ou treze foram abertos ao público. Os outros foram fechados para públicos específicos. O órgão é, hoje, famoso no mundo inteiro. Os guias de turismo contribuem para sua divulgação entre os visitantes." Musicista

Já pudemos constatar iniciativas de organização e aprimoramento entre os guias de turismo

"Em 1983, levantamos a bandeira de legalizar a classe de guia de turismo. Criamos uma associação dos guias de turismo. Até então, o conhecimento que os guias possuíam eram recebidos de outros guias mais antigos. Eram passadas informações verídicas e coisas inventadas. Primeiro procuramos historiadores ilustres, buscando reciclar os guias. Fazíamos um trabalho de pesquisa, desenvolvido em cima dessas pessoas, fazíamos consultas. Vimos depois, que era preciso organizar o aprendizado e aí fizemos os cursos de turismo do SENAC, com seis meses de duração. Também fizemos cursos em Belo Horizonte, na Faculdade de Turismo, também com duração de 6 meses. Quando a universidade se implantou em Mariana fizemos cursos de história do Brasil e de história da arte." Guia de turismo

E que instituições deveriam integrar o processo educativo da população?

"Este papel educativo caberia ao IBPC, à universidade, à Igreja, que tem capacidade organizacional para esse trabalho. Professor universitário.

Mas como chamar o IBPC a participar, ou mesmo a aglutinar essas instituições, se ele está completamente carente de recursos?

"Mariana não representa prioridade para o IBPC. Ouro Preto é a grande vedete. Ela concentra todas as atenções. Mariana fica com as sobras. O Ministro da Cultura, vai a Ouro Preto e não vem a Mariana. Essa proximidade não deixa Mariana ter o destaque que merece." Arquiteto

As escolas primárias também exercem um papel fundamental

"Na minha opinião, todo o trabalho com crianças e jovens tem que partir da escola. Daí, minha preocupação em trabalhar com eles os conceitos, as noções sobre o patrimônio e a cidade. Quando eles saírem da escola, já terão essas noções básicas. Não se deve ficar só na teoria. A criança deve conhecer a cidade." Professora primária

O trabalho deveria ser estendido às próprias professoras. É a constatação da necessidade do plano que será desenvolvido em Belo Horizonte pelo IEPHA, e já relatado numa parte anterior desta análise de dados.

"Um curso de atualização para as professoras primárias, sobre a história de Mariana e de seu patrimônio, seria uma boa medida. Na escola temos professoras que recém-chegaram à Mariana e pouco conhecem de sua história. Mas, para todas, é sempre bom melhorar, aperfeiçoar e não acomodarmos o conhecimento." Professora primária

Aqui, começa a se revelar um outro aspecto que complica o encaminhamento das soluções, que é a proximidade de Ouro Preto.

"A proximidade de Mariana com Ouro Preto é um problema para a expansão do potencial turístico local. Parece que, recentemente, o prefeito atual de Ouro Preto e o de Mariana fizeram um acordo no sentido de vincularem as divulgações das duas cidades. Quando se falar de uma, vai-se falar também da outra. " Vereador

Ouro Preto tem merecido mais atenções, tanto dos poderes públicos quanto dos turistas. Talvez pela falta de informações sobre Mariana.

"Mariana tem desvantagens numa concorrência com Ouro Preto. Não tem bons restaurantes, embora tenha vantagens como o clima e o jardim central que é fantástico. Quando a Sé foi reinaugurada seus concertos de órgão traziam pessoas até de São Paulo." Professor universitário

Mas Ouro Preto vive hoje uma situação que favorece o movimento de preservação do seu patrimônio.

"Hoje, Ouro Preto tem uma situação que poderíamos dizer atípica. Seu prefeito já ocupou cargo de direção no IBPC. É uma pessoa altamente preocupada com a preservação do patrimônio. Ele criou um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) aqui, em Ouro Preto, que congrega todas as instituições que trabalham com o patrimônio. O IEPHA, o IBPC, a Universidade Federal de Ouro Preto. A Igreja não faz parte, por ser um grupo de assessoramento técnico. O papel desse grupo é fazer análise de projetos, e vistorias. Um outro trabalho que o GAT desenvolverá será traçar o Plano Diretor de Ouro Preto, a ser desenvolvido com participação da comunidade. Na Câmara, existe um Conselho Consultivo do Plano Diretor, e é nesse Conselho que a comunidade tem representantes para se expressar. Além das instituições que mencionamos, participam as associações de bairro e sindicatos. Nosso trabalho, em Ouro Preto é desenvolvido muito diretamente com os párocos. Com eles, temos um

trabalho muito estreito." **Arquiteto**

Quanto ao estado de conservação dos monumentos existentes em Mariana, há um quase abandono, que pode trazer consequências desastrosas.

"Não tem havido trabalho de restauração. Não há recursos. As Igrejas de Santa Rita Durão estão se acabando. Este ano, o IBPC teve recursos apenas para fazer reparo na metade do telhado da Igreja das Mercês, aqui em Mariana. Não tivemos dotação orçamentária para mais nada". **Arquiteto.**

Esta situação tem merecido a atenção dos que vivem na cidade e se interessam pelo seu patrimônio.

"Vendo todo esse descaso na preservação do patrimônio de Mariana, estou trabalhando com um pequeno projeto para ser apresentado à prefeitura, um projeto viável. Ele se baseia em três pontos principais que são: A emancipação administrativa do centro histórico, a retirada do tráfico de veículos nesse centro e a criação de uma Secretaria Adjunta, na Prefeitura, para administrar esse centro." **Artista plástico.**

Mais de um entrevistado chamou a atenção para o estado das igrejas do distrito de Santa Rita Durão.

"A Igreja do Rosário dos Pretos de Santa Rita Durão, obra restaurada pelo IBPC há cerca de dez anos atrás, capela rococó, belíssima, está quase em ruínas. Havia caído um raio na torre e ela está em situação periclitante. E o teto pintado por João Batista Figueiredo tem duas tábuas deslocadas. A igreja está imunda, nunca foi encerada. Tem enxame de abelha, além de outros pássaros. Não há rotina de limpeza." **Professor universitário**

VI- CONCLUSÕES

A pergunta básica proposta por este trabalho foi:

Tem havido uma integração de ação entre os diferentes níveis governamentais, entre si, com a comunidade e os particulares, em seus esforços de preservar nosso patrimônio cultural e artístico? Por quê ?

Para chegar a essa resposta formulamos uma hipótese, que foi:

No processo de preservação do patrimônio cultural e artístico não tem havido a integração da ação do diferentes níveis governamentais entre si e com a comunidade. A ausência da integração é devida à não participação da comunidade no processo de preservação do patrimônio histórico e cultural.

A partir daí, realizamos nosso trabalho que comprovou a hipótese, transformando-a imediatamente numa primeira conclusão.

Participação da comunidade, mesmo quando se trata da preservação do patrimônio histórico e cultural, já é um lugar-comum, quase um jargão, nas Constituições Federal e Estadual e, mesmo, na Lei Orgânica Municipal de Mariana.

É dentro das próprias instituições que a falta de diretrizes políticas, de vontade expressa dos técnicos e dirigentes, além da falta de instrumentos, impedem uma participação efetiva. Fica nítida a diferenciação entre a gestão burocrática, vigente nas instituições governamentais, e uma gestão social ou participativa, que poderia democratizar a gestão desses órgãos, abrindo caminhos para a participação.

Na gestão burocrática os objetivos, metas, métodos de trabalho são estabelecidos longe da comunidade e sempre buscando a razão instrumental. Somente uma gestão social, participativa, comunicativa, poderia garantir uma relação efetiva entre a administração e a comunidade.

Devemos centrar essa análise a partir do conceito de Participação que enfatiza o princípio democrático, segundo o qual todos os que são atingidos por medidas sociais e políticas devem participar do processo decisório, não importando o modelo político ou econômico adotado. Portanto, é também uma contraposição à centralização burocrática e aos monopólios de poder. Não é massificação nem manipulação ou cooptação dos grupos populares. Procura o comprometimento dos grupos envolvidos num projeto de gerência e decisão dos assuntos de seu maior interesse.

A participação popular pode, muitas vezes parecer não ser muito eficiente, porque demanda tempo, aumentando os custos e a complexidade do processo decisório. Entretanto, os benefícios do desenvolvimento não podem se medidos exclusivamente pelos ganhos financeiros. A participação popular traz outros benefícios à comunidade e ao País.

Encontramos uma falta de participação de todos os segmentos da sociedade no processo de preservação do patrimônio histórico e artístico de Mariana. Disto, resulta uma falta de informações sobre os problemas e as soluções planejadas ou já em andamento em algumas instituições. O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade. Mas é possível uma população com problemas de emprego, com problemas econômicos, de saúde, e sem informações, se interessar pelo

destino de uma igreja barroca ou de casas coloniais?

Este é o desafio. Um caminho seria trabalhar a cultura não como refinamento, não como apreciação estética do barroco, mas como identidade, valorizando não sómente o barroco, mas todos os elementos culturais de Mariana.

A definição mais comum de cultura a identifica como saber privilegiado, refinamento de um conhecimento abrangente, só alcançado por uma elite. A perspectiva antropológica amplia este conceito. Todo comportamento social que se utiliza de símbolos para construir, para criar ou para transmitir, é cultura. Através da cultura, no sentido elitista, pode-se apreciar a arte barroca existente em Mariana e desejar preservá-la. Outro caminho seria integrar esses monumentos dentro da cultura do povo, ao lado do futebol, do carnaval e de outras manifestações populares.

Nas entrevistas com os grupos de destaque na comunidade, percebemos que cada grupo sempre diagnostica o outro grupo como menos participativo. Sua própria falta de ação é justificada pela falta de apoio, pela falta de recursos. Também foi possível observar que a participação está ausente, até mesmo, entre os diferentes níveis de uma mesma instituição, no caso, o IBPC.

Os contatos para a obtenção dos recursos destinados às obras de restauração de Igrejas da Diocese de Mariana e o própria obtenção desses recursos junto à Vale do Rio Doce foram eminentemente da alçada e conhecimento da cúpula. Foi um entrosamento entre a Cúria Metropolitana, a Vale do Rio Doce, intermediado pelo presidente da Fundação Cultural da Diocese de Mariana, e com o apoio técnico do Coordenação Regional do IBPC, em Belo Horizonte. As notícias dos jornais, mais do que uma comunicação interna,

deixou os níveis mais baixos da escala burocrática do Instituto, cientes desse entrosamento.

Encontramos, também, um desencontro entre os diferentes órgãos governamentais que atuam na área da preservação e da cultura, em Mariana. As ações das instituições são voltadas para alcançar seus próprios objetivos, e não, para somar esforços no sentido de alcançar os objetivos globais de Mariana na área da preservação do seu patrimônio e da cultura. Parecem ser exemplos os programas isolados desenvolvidos pelo Museu da Cúria Metropolitana, pelo Museu da Casa Setecentista, do IBPC, e pelo Museu Alfonsus Guimarães. Os recursos, que são escassos, tornam-se assim fragmentados, resultando insuficientes e, ao mesmo tempo servindo de justificativa para uma certa inércia.

Esta mesma dispersão também pode ser encontrada nas atividades educativas. Todos os entrevistados ressaltaram o papel da educação para a existência de um verdadeiro processo de proteção do patrimônio, que só é completo com sua plena integração à comunidade. Não podemos dizer que inexistam programas com esse objetivo. Entretanto, eles são isolados e perdem, por isto, a força e abrangência que deveriam ter. Repetimos aqui as considerações de uma entrevistada:

"Acredito na educação para reverter esse descaso pelo patrimônio. E, por isso, eu trabalho nela. Nunca vi, por exemplo, o IBPC dar um curso de preservação aqui em Mariana. Nunca soube da Casa da Cultura fazer um curso de preservação ou de valorização do patrimônio. As pessoas valorizam em termos. Há

publicações, a universidade trabalha muito com os guias de turismo. Há pessoas interessadas. Mas não há um movimento para se juntar todas as entidades que são afins na questão da preservação e decidir por fazer um projeto educativo. Porque é somente assim que poderá reverter a situação." Musicista

As entrevistas se mostraram muito ricas, pelo nível de informação dos entrevistados e pela sua boa vontade em responder às questões propostas. Juntando esse material à bibliografia existente muitas outras conclusões podem ser tiradas.

A análise das características das políticas de preservação do IBPC, quanto ao seu caráter elitista ou democrático, passa por uma visão mais ampla do nosso patrimônio colonial.

O Instituto Brasileiro de Proteção Cultural (IBPC) não pode ser acusado de estar defendendo a classe dominante por preservar o barroco mineiro.

A preservação da memória do período colonial mineiro nos mostra e mantém a lembrança de um primeiro momento da nossa identidade cultural. Um momento onde ser brasileiro, seja branco, mulato, negro ou índio, era ser oprimido. E, dentro dessa realidade, nossa expressão artística era não uma cópia dos modelos do reino, mas uma recriação tão personalizada que passou desvalorizada até 1924, quando a caravana de intelectuais modernistas de São Paulo, liderada por Mário de Andrade, redescobriu Minas e sua cultura barroca.

A preservação desse patrimônio cultural não pode ser acusada de privilegiar os traços da etnia branca nem os da elite

vitoriosa e muito menos um mimetismo estrangeiro. A execução dessa política, pelas razões expostas acima, é que tem sido conduzida através de uma gestão burocrática, e não, através de uma gestão social, trazendo como consequência um distanciamento entre a população e a valorização do seu patrimônio.

Este distanciamento gera o descaso que favorece a ação dos agentes de degradação do precioso acervo existente no município. Somente o fortalecimento da auto estima da população de Mariana, baseada no que ela tem de inerente à sua cultura, poderá reverter o eterno processo de destruição, para o qual contribuem os fatores climáticos (chuvas, umidade), a especulação imobiliária e o comércio de antiguidades.

Só o amor pelo seu patrimônio poderá deter as depredações, as descaracterizações provocadas por interferências indevidas. E este amor não nasce de fatores biológicos. Não é uma paixão baseada nos sentidos, mas se fundamenta num processo social que passa por aquisição de valores, um processo educativo.

Uma educação que valorize o patrimônio de Mariana, patrimônio entendido como todo o seu ambiente, que é cultural, histórico, físico e natural. Nas escolas, este processo educacional deve ser interdisciplinar, sem conteúdos específicos, mas integrado às diferentes disciplinas. Este poderá também ser um dos caminhos que levem à organização do turismo, explorando as potencialidades que a cidade oferece.

Futuras pesquisas deveriam ser realizadas procurando metodologias e instrumentos que viabilizassem estes objetivos.

VII-BIBLIOGRAFIA

ALVES DE SOUZA,Wladimir(Coord.) Guia dos bens tombados de Minas Gerais. Rio de Janeiro.Editora Expressão e Cultura, 1984.

ANDRADE,Rodrigo Melo Franco.A pintura colonial em Minas Gerais.
In: CAVALCANTI,Lauro (org.) Modernistas na repartição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ,1993, pp.57-121.

_____,Rodrigo Melo Franco.Rodrigo e seus tempos. Rio de Janeiro. Ministério da Cultura.Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, pags. 115-118.

ARANTES,Antonio Augusto (org.) Produzindo o passado:Estratégias de construção do patrimônio cultural,São Paulo,Editora Brasiliense e CONDEPHAAT,1984.

ARAÚJO,Carlos Magno. Considerações acerca da pintura rococó ilusionista de Joaquim José da Natividade,na Região dos Campos das Vertentes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei. Vol.VI.1988.p 85-9

BAZIN ,Germain O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. Rio de Janeiro,Editora Record, 2a Ed., 1963

_____,Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro,2 vol.Editora Record, 1956.

BOSI, Vera. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IBPC, Nº 22, 1987. p. 138-44.

BRASIL, Secretaria do Planejamento. I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República-1985-1989.
Brasília, Seplan, 1985.

Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao Clero e aos Fiéis de Suas Dioceses sobre o PATRIMÔNIO ARTÍSTICO. Belo Horizonte.
Imprensa Oficial de Minas, 1926.

CASTRO, Luiz Felipe Meira. O Estado Atual da Política Cultural no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. FGV. 23(1) 21-35. 1º trim. jan, 1989.

CASTRO, Sonia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro. Editora Renovar, 1991.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____, Cultura e democracia, São Paulo, Editora Moderna. 1982.

COSTA, Lúcio, et al. A lição de Rodrigo. Recife, Amigos da DPHAN, 1969.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Nova Constituição do Estado. Belo Horizonte. Ed. Livraria DelRey, 1993

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política Cultural e Democracia: A Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In MICELI, Sérgio (org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1984, pag.28.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Relíquias da terra do ouro. São Paulo, Lanzara, 1946.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/MEC. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1986.

FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GARCIA CANCLINI, Nestor (ed.). Políticas culturales en América Latina. México, Grijalbo, 1987.

_____, Nestor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano In GARCIA CANCLINI (ed) Políticas culturales en América Latina. México Grijalbo, 1987.

GOODE, William J. e HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959

Jornal O Estado de Minas. Segunda Seção, 29 junho 1993.

Jornal do Sistema Fiemg. Novembro de 1993. p.9 KERLINGER, Fred N.

Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1980.

MACHADO, Mário Brockmann. Notas sobre política cultural no Brasil. In MICELI, Sergio, (org.) Estado e cultura no Brasil, São Paulo, DIFEL, 1984.

MAGALHAES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985

MELLO, Diogo Lordello. O governo municipal brasileiro: uma visão comparativa com outros países. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Administração Pública. FGV, out/dez. 1993. 27(4):36-53.

MICELI, Sergio. Estado e cultura no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____, Sergio, O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). In MICELI, Sergio (org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1984. pags. 79 e 80.

MINAS COLONIAL. Publicação especial de Casa e Jardim EFECE Editora, s/d

MOURA CASTRO, Cláudio. Prática da pesquisa social. São Paulo. Ed. McGraw-Hill, 1977.

MUNIZ SODRÉ. A verdade seduzida .Por um conceito de cultura no Brasil . Rio de Janeiro, CODECRI, 1983

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Patrimônio histórico e artístico nacional. Legislação brasileira de proteção aos bens culturais, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/DPHAN. Conversão do Município de Paratí em Monumento Nacional. Decreto Nº 58.077 de 24 de março de 1966. Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

_____ Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC/SPHAN/PRÓ-

MEMÓRIA, 1980. SPHAN/PRÓ/MEMÓRIA. Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 1982.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. As igrejas setecentistas de Minas. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1986.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Myriam Andrade. A pintura de perspectiva em Minas Colonial: Ciclo Rococó. Belo Horizonte, Barroco No.12, 1982-83, pp. 171-180.

SELLTIZ/JAHODA/DEUTSCH/COOK. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

SILVA TAVARES. Myriam Ribeiro. Os Passos do Aleijadinho em Congonhas do Campo: evolução histórica e análise crítica. Universidade Federal de Minas Gerais, Barroco Nº 4, 1972, pp. 35-55.

SIMÕES LOPES, Regina Clara. A propósito de política cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IBPC Nº 22, 1987, pp. 26-9.

SPHAN/PRÓ/MEMÓRIA Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Brasília, Fundação Nacional Pró/Memória, .1982.

TELLES, Antonio A. Queiroz. Tombamento e seu regime jurídico. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1992

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Tem razão a administração?, Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 24(2) 5-9, fev/abr, 1990

TRINDADE, Raimundo. Instituições de igrejas no bispado de Mariana. Rio de Janeiro, SPHAN, publicação Nº 13, 1945.

VASCONCELLOS, Salomão. Ataide, pintor mineiro do século

XVIII. Belo Horizonte, Bluhm, 1941, p. 13.

VERGARA, Sylvia Constant. Sugestão para estruturação de um
projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio
Vargas/EBAP/DOC., CAD . PESQUISA 02/91.